
CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



ATA N.º 6

REUNIÃO ORDINÁRIA – 19 FEVEREIRO 2021



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

ORDEM DO DIA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA A REALIZAR NO SALÃO NOBRE DOS
PAÇOS DO MUNICÍPIO DE CASTELO BRANCO, NO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2021, PELAS 9 HORAS,
NOS TERMOS DOS N.ºS 1 E 2 DO ARTIGO 25.º DO DECRETO-LEI N.º 4/2015, DE 7 DE JANEIRO E
DO N.º 2 DO ARTIGO 40.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 – APROVAÇÃO DE ATAS

Ata das Reuniões Ordinária de dia 5 (Ata n.º 4) e Extraordinária de dia 16 de Fevereiro de 2021 (Ata n.º 5)

Ponto 2 – URBANISMO E OBRAS PARTICULARES

- 2.1. Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território do Município de Castelo Branco. Abertura do Período de Discussão Pública em Cumprimento do Artigo 189.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio
- 2.2. Adriano António Amaro. Artigo 7 Secção CV. São Vicente da Beira. Certidão de Compropriedade
- 2.3. Manuel Henriques dos Santos. Artigos 1318 e 15154. Castelo Branco. Certidão de Anexação
- 2.4. Maria do Rosário Duarte Ribeiro Alves. Escalos de Baixo. Certidão de Destaque
- 2.5. Processos de Obras Particulares Despachados no Mês de Janeiro de 2021 ©

Ponto 3 – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE CASTELO BRANCO

Ratificação de Deliberações do Conselho de Administração e Aprovação de Respetivas Minutas de Contrato

- 3.1. Renovação de Infraestruturas e Repavimentação nas Ruas da Escola, Senhora de Lourdes, Santa Catarina e do Barreiro, em Freixial do Campo
- 3.2. Prestação de Serviços de *Finishing*
- 3.3. Limpeza e Manutenção das Instalações dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco – Um Ano
- 3.4. Fornecimento de Gasóleo Simples Rodoviário a Granel, por um Período de Dois Anos
- 3.5. Fornecimento Continuado de Diverso Material em Latão e Galvanizados para Armazém

Ponto 4 – PATRIMÓNIO

- 4.1. Inscrição de Prédio Urbano no Património Municipal Sito na Quinta da Pipa. Ressarcimento de Despesas com a Aquisição de Terreno na Quinta da Pipa por João Carlos Martins Afonso
- 4.2. Aquisição Onerosa de Parcela de Terreno em Alcains. Obra de Construção de Campo de Relva Sintética nos Terrenos Anexos ao Campo de Futebol Trigueiros de Aragão em Alcains

Ponto 5 – CONTABILIDADE

- 5.1. 6.ª Alteração ao Orçamento e 6.ª às Grandes Opções do Plano/2021 ©
- 5.2. Informação Sobre a Situação Económica e Financeira Semestral do Município de Castelo Branco – 1.º Semestre de 2020 ©

Ponto 6 – DELIBERAÇÕES DIVERSAS

- 6.1. ANTRAL – Associação Nacional dos Transportadores Rodoviários em Automóveis Ligeiros. Adenda ao Protocolo de Apoio aos Taxistas do Concelho, no Âmbito das Medidas de Apoio à Comunidade Durante a Pandemia
- 6.2. Proposta de Atribuição de Medalhas da Cidade na Cerimónia Comemorativa do 250.º Aniversário da Cidade



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

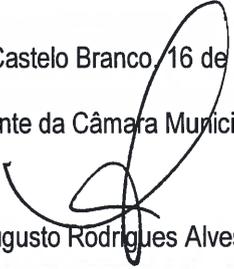
Ponto 7 – DIÁRIO DE TESOURARIA

Resumo Diário de Tesouraria do Dia Anterior ©

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Paços do Município de Castelo Branco, 16 de fevereiro de 2021

O Presidente da Câmara Municipal


José Augusto Rodrigues Alves



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

ATA N.º 6

(n.º 1 do Artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

Aos dezanove dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal reuniu publicamente, por convocatória ordinária, sob a Presidência do Senhor Presidente José Augusto Rodrigues Alves, estando presentes o Senhor Vice-Presidente, Jorge Manuel Carrega Pio e os Senhores Vereadores Cláudia Alexandra da Fonseca Domingues Soares, Carlos Manuel Lista Semedo, Carlos Barata de Almeida e Hugo José dos Reis Lopes.

A Senhora Vereadora Maria José Barata Baptista não esteve presente por estar em serviço oficial.

A reunião foi secretariada pelo Senhor Diretor do Departamento de Administração Geral, Francisco José Alveirinho Correia.

ABERTURA DE REUNIÃO

Pelo Senhor Presidente foi a reunião declarada aberta eram 9 horas, passando a Câmara Municipal a tratar os assuntos constantes da ordem de trabalhos.

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente deu início ao período *antes da ordem do dia*, conforme estipula o artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Tomou a palavra o **Senhor Presidente José Augusto Alves**: “Bom dia a todos. Começo por cumprimentar a Senhora Vereadora, os Senhores Vereadores. Cumprimento os Senhores Diretores de Departamento, o Senhor Jornalista José Júlio. Cumprimento o Público que está presente. Pergunto se alguém quer intervir, dos Senhores Vereadores, contando que eu farei já uma primeira intervenção. Vivemos tempos conturbados, complicados... Eu diria, tempos que nem o mais pessimista teria, há cerca de um ano, essa perceção. Esses tempos alteraram os nossos modos de vida, as nossas rotinas, até, inclusive, a nossa forma de ser. No entanto, há coisas que nós nunca podemos perder. Penso eu que a honestidade, a lealdade e a humildade, além da integridade de carácter, da ética e todos esses valores... Porque nunca podemos deixar de ser pessoas de valores. É nessa perspetiva – não como político, mas como pessoa – que nós, penso eu e ainda bem que pensa muita gente como eu, que deve ser o nosso trilha, o nosso caminho, no âmbito da nossa postura na vida. Como dizia eu, muitas rotinas foram alteradas, desde o dia treze de março. No entanto, ensinou-nos a ter cada vez mais resistência, mais resiliência, mais disponibilidade, mais empenho, mais dedicação por outras situações que nos iam correndo, e isso também fez com que muitas pessoas se notabilizassem pela sua atitude, pela sua resistência, pela sua resiliência. Nesse sentido, quero



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

dizer-vos que, no ano anterior, nós tivemos o duzentos e quarenta e nove Aniversário da nossa Cidade em que não feita uma Cerimónia. No entanto, foram anunciados quatro medalhados e, todos queremos que no dia vinte de março possamos fazer uma cerimónia simples, discreta, com muitas regras – porque essa veio a ser a nossa rotina diária – e tudo pressupõe que assim seja, esperemos que sim e temos vontade que assim seja... Realizar uma *Sessão Comemorativa dos Duzentos e Cinquenta Anos da Elevação de Castelo Branco a Cidade*. Será uma altura para falarmos de várias coisas: o que era a localidade de Castelo Branco há duzentos e cinquenta anos, como ela foi evoluindo, como ela está presentemente, e como se projeta para o futuro. E, como vós sabeis, nessa altura, é normal serem anunciados medalhados – pessoas, entidades, instituições, associações, que se notabilizaram. A Câmara Municipal de Castelo Branco reconhece todo o empenho da comunidade, tudo o que tem feito por nós todos. Nós hoje estamos aqui porque houve, para trás, um passado, houve uma história e por isso devemos ter uma atitude de gratidão. Nesse sentido, quero dizer-vos que resolvemos anunciar hoje, aqui e agora, nesta reunião, os medalhados para o dia vinte de março de dois mil e vinte e um, e lhes ser concedida a respetiva Medalha da Cidade. Como vos disse, em dois mil e vinte, foram quatro pessoas e, nesse sentido eu quero dizer-vos que foi potenciado, de dois mil e vinte para dois mil e vinte e um, o prémio de receberem a Medalha da Cidade como reconhecimento do seu mérito, do seu trabalho. Recordo de ter sido atribuída a medalha: ao Mestre Manuel Cargaleiro – e a atribuição de uma medalha ou duas medalhas só dá ênfase à pessoa: um ceramista, um elemento da cultura do país com reconhecimento internacional, que tem aqui uma grande parte do seu espólio, na Fundação Cargaleiro e, também, estamos aqui a homenagear a cultura e toda a área que ele representa; a Arnaldo Braz, atual Presidente da Assembleia Municipal – reconhecendo-se, também, a pessoa e o político; ao médico Fernando Dias de Carvalho – pessoa sobejamente conhecida da nossa cidade e, diria, médico de muitos jovens adultos de hoje; e a Maria de Lurdes Pombo, como fundadora da APPACDM de Castelo Branco e Presidente da União Distrital das IPSS's de Castelo Branco, com reconhecido mérito – e aí também estamos a ligar todo o trabalho que as instituições particulares de solidariedade social têm desempenhado ao longo destes anos. A Câmara Municipal resolveu atribuir mais algumas medalhas, que eu vou dizer quais são: a Unidade Local de Saúde de Castelo Branco – e englobamos todo o pessoal de saúde que tem tido um papel, eu diria, preponderante e esta é uma forma de reconhecer o seu trabalho, o seu empenho, a sua dedicação – e penso que estamos todos de acordo que é merecido; os Bombeiros Voluntários de Castelo Branco, a quem é reconhecido o seu valor, a sua disponibilidade, o ajudar o próximo; a Polícia de Segurança Pública de Castelo Branco; a Guarda Nacional Republicana de Castelo Branco; o Instituto Politécnico de Castelo Branco; a Proteção Civil Distrital – porque tem a componente distrital, como sabem; a Associação Comercial e Industrial de Castelo Branco; a



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Associação Empresarial da Beira Baixa; o Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva; o Agrupamento de Escolas Amato Lusitano; o Agrupamento de Escolas José Sanches e São Vicente da Beira; e o Agrupamento de Escolas Nuno Álvares. E estão aqui reconhecidos... Podem dizer que são muitas medalhas, mas é uma forma de reconhecimento, porque há muitas e haveria muitas mais... Até, inclusive, aqueles cidadãos anónimos que, de uma forma filantrópica, têm dado tudo e muito mais neste período que temos vivido. Assim, reconhecemos o papel da Saúde, dos Bombeiros, da Proteção Civil, do saber – no que diz respeito às Escolas e o papel do pessoal docente e não docente, as famílias também –, a Associação Comercial e Industrial de Castelo Branco – pela parceria que tem mantido com a Câmara Municipal e que disso tem resultado um valor extraordinário de apoio aos comerciantes, aos serviços, à indústria do nosso concelho e ao dinamismo dos nossos empresários. E, nesta altura tão difícil, e que nós, de uma forma simples e discreta, temos ajudado, no sentido de tornar menos penosos os dias que estão a atravessar, também vos quero dizer que, da mesma forma, como isto é um processo dinâmico de apoio a muitas áreas anunciado dentro do programa de apoio a Castelo Branco, estamos atentos e, se for caso disso, e eu acredito que seja necessário, iremos apoiar mais, porque tem sido a postura, o encontro, as sinergias, todos trabalhando em parceria, com frontalidade... Porque reconhecemos e estamos do lado da solução. Era esta a minha primeira intervenção nesta reunião de Câmara e era isto que eu queria dizer. Agora, continuando, preciso saber quem é que se quer inscrever para intervir. Muito obrigado.”

Tomou a palavra o **Senhor Vereador Hugo José dos Reis Lopes**: “Bom dia Senhor Presidente. Senhora Vereadora. Senhores Vereadores, Eng. Resende, Dr. Alveirinho, José Júlio e Público presente. Eu pretendo aqui abordar duas temáticas que no meu entender têm a mesma importância, apesar de serem assuntos completamente diferentes. A primeira está relacionada com a planificação da vacinação do nosso concelho. Pelo que sei, existiu aqui uma separação de utentes na triagem para a vacinação nos lares, ou nos centros de dia, entre utente residentes e utentes ao domicílio. Pelos vistos os utentes residentes já foram vacinados – assim como os respetivos funcionários e as respetivas direções –, mas os utentes que estão no domicílio não foram. Posta esta situação, eu queria perguntar ao Senhor Presidente: tem conhecimento deste tema? Concorda com esta separação? E, porque é que há esta separação...? Uma vez que estamos a falar de utentes que pertencem às mesmas instituições, os funcionários têm que prestar o seu auxílio a ambas as valências e existiu esta separação. Ao que parece, os utentes domiciliários vão ser inseridos na vacinação, não dos lares, mas na dos próprios centros de saúde. Ainda, em relação a este tema, também veio a público que existiu uma discordância entre o hospital e os centros de saúde quanto ao plano de vacinação. Penso que isso já está ultrapassado, mas a minha questão vai ao encontro disso, só para tentar perceber, junto do Senhor Presidente se esta questão está mesmo ultrapassada e se no seu



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

entender o processo não deveria estar muito mais adiantado, tendo em conta vários concelhos ou vários distritos do nosso país que já estão a vacinar em larga escala há mais tempo. Esta era a primeira temática que eu queria aqui abordar. O segundo ponto que eu trago aqui está relacionado com os apoios camarários que têm sido aplicados para mitigar os impactos da pandemia, nomeadamente, no setor empresarial. São públicas todas as medidas que foram implementadas, a vereação do PSD vê-as todas como boas e necessárias – inclusive, muitas delas vão ao encontro até de sugestões nossas dadas em algumas reuniões de Câmara –, apesar de algumas delas pecarem por serem tardias. Mas eu estive aqui a fazer uma análise das medidas que foram implementadas, tanto na primeira vaga, como na segunda e consegui constatar – o Senhor Presidente corrija-me se eu estiver errado –, que na primeira vaga e na segunda... Tanto a isenção de pagamento de taxas relativas ao Campo da Feira, ao Mercado Municipal, como à ocupação das esplanadas, houve aqui uma isenção de pagamento, tanto na primeira vaga como na segunda, de confinamentos... Mas existem aqui duas situações que eu não consegui constatar na segunda vaga e que foram implementadas na primeira. Eu queria questionar o Senhor Presidente: é mesmo assim...? E, se é mesmo assim, porque é que isso aconteceu – se a Câmara não tinha esforço financeiro para também implementar estas duas medidas...? Uma delas passa pela redução de cinquenta por cento das taxas fixas da água, do saneamento e dos resíduos, a clientes domésticos e não domésticos. A segunda, é a isenção de pagamento de rendas de estabelecimentos propriedade do Município. Sinceramente, na análise que fiz, não consegui constatar estas duas medidas na segunda vaga e queria perguntar ao Senhor Presidente se isso é mesmo assim e porquê, já que no nosso entender haveria condições para implementar também as mesmas. Muito obrigado.”

Tomou a palavra o **Senhor Vereador Carlos Lista Semedo**: “Senhor Presidente. Senhora Vereadora. Senhores Vereadores. Senhor Eng. Resende. Dr. Alveirinho. Comunicação Social, neste caso apenas o José Júlio. Múncipes. Muito bom dia a todos. Na política cultural, um dos exercícios mais importantes é tentar responder aos desafios crescentes provocados, seja que tipo de situações forem. Como já foi aqui referido várias vezes, a situação de pandemia trouxe um conjunto de situações, quer elas potenciadoras de uma menor frequência pelo encerramento dos equipamentos culturais, quer, também, com uma muito menor circulação das pessoas. Essa menor circulação das pessoas obviamente que – pensando que os equipamentos culturais também vivem dos visitantes, dos turistas e a sua frequência dos mesmos – acaba por ter um efeito bastante elevado. Eu gostava de fazer, nesta intervenção, um pouco o balanço usando como critério os números de dois mil e dezanove, por comparação com o ano de dois mil e vinte, que como sabem, desde logo, a partir de meados de março e até, sensivelmente, meados de junho, todos os equipamentos culturais estiveram encerrados, tendo reatado essa situação agora, mais recentemente, em



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

meados de janeiro. Vou reportar-me apenas à relação entre o ano dois mil e dezanove e o ano dois mil e vinte. Em primeiro lugar, dizer-vos que, de uma forma genérica, o resultado foi uma diminuição de frequência para cerca de cinquenta por cento na generalidade dos equipamentos culturais. Estamos a falar, sobretudo, dos centros interpretativos, dos museus, e essa realidade radica, claramente, numa forte dependência da circulação externa, do turismo, das pessoas que se deslocam até Castelo Branco. Obviamente, ao longo do ano passado, pela impossibilidade que há pouco referi, porque os equipamentos estavam fechados, mas depois também por muita desconfiança e por muita dificuldade das pessoas assumirem as deslocações turísticas como uma forma de gozarem os seus tempos, seja de férias, seja de lazer. Para vos dar uma ideia, por exemplo, o Museu Cargaleiro, que em dois mil e dezanove, teve oito mil quinhentos e noventa e nove visitantes, no ano de dois mil e vinte, teve cerca de metade: três mil oitocentos e vinte e sete. Estamos a falar de uma diminuição drástica num dos equipamentos que é mais visitado pelo público que vem de fora, pelos turistas, um equipamento que é procurado com muita regularidade. Por exemplo, o Centro Interpretativo do Bordado que fica mesmo muito próximo, que muitas vezes faz uma espécie de roteiro, de circuito, tem números também da mesma ordem de grandeza: em dois mil e dezanove, sete mil e oito; em dois mil e vinte, duas mil quatrocentas e oitenta e oito pessoas – sensivelmente, um pouco menos até de cinquenta por cento. Estamos a falar de números radicalmente diferentes daqueles que seriam espectáveis durante o ano de dois mil e vinte. Por exemplo, o Jardim do Paço, em que o número de visitantes, ao longo dos últimos anos, esteve sempre entre os trinta mil, quarenta mil visitantes, no ano de dois mil e vinte, teve apenas dezasseis mil oitocentos e trinta e oito visitantes. Este impacto é absolutamente incontornável, mas do nosso lado, do lado do Executivo, é muito importante agora passar para aquilo que é a perspetivação... Até onde é que nós podemos ir no ano de dois mil e vinte e um, pelo menos para recuperar algum deste caminho que estava a ser feito – um caminho crescente, de cada vez mais público, nos diversos equipamentos. Aquilo que me parece fundamental e o Executivo está a trabalhar nessa direção, é começar por trabalhar com o público local. Vai ser fundamental, na reabertura dos equipamentos, voltar a trabalhar de uma forma muito forte com o nosso público, com a nossa comunidade e não vai ser muito fácil que o público que vem através do turismo venha de uma forma muito rápida e que seja imediato esse regresso. Quando for possível reabrir os equipamentos culturais – que se tudo correr bem poderá ser em meados de abril, todas as indicações apontam nessa direção – teremos aqui um caminho de recuperação da relação da nossa comunidade com os equipamentos... Tentar, através de um processo de fidelização e de trazer as pessoas da nossa comunidade até aos equipamentos culturais e recuperar para uma meta, que nós assumimos, de pelo menos termos números entre aqueles que foram os números de dois mil e vinte e os anteriores, ou seja, encontrar um meio termo... Estaríamos a falar, por exemplo, no caso do Museu



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Cargaleiro, que em dois mil e vinte teve três mil oitocentas e vinte sete pessoas, tentar rondar as cinco mil pessoas... Um meio caminho entre aquilo que foi o cenário de dois mil e dezanove e aquilo que foi o cenário de dois mil e vinte. É muito importante ter metas e, nesse sentido, estamos a preparar um conjunto de medidas para que seja possível, sobretudo a nível do público local, que volte aos equipamentos. Esta estratégia será apresentada em tempo útil, mas é pensada com este enfoque: que as pessoas da nossa comunidade regressem aos nossos museus, sem esquecer o público que virá de fora... Mas temos toda a consciência de que vai ser um processo muito lento, esse processo de ganhar a confiança. Era esta ideia que eu gostava de passar, que realmente estamos perante um impacto muito forte, mas temos de reagir no sentido de, aproveitando a proximidade das nossas pessoas, trazê-las até aos nossos equipamentos culturais. Muito obrigado.”

Tomou a palavra o **Senhor Vereador Carlos Almeida**: “Muito bom dia para todos vocês. Ex.mo Senhor Presidente da Câmara. Ex.mos Senhores Vereadores. Ex.mos Senhores Colaboradores do Município. Caros Concidãos. Caro José Júlio. Ex.mo Senhor Presidente, permita-me, eu iria deixar uma nota prévia relativamente à intervenção de fundo que hoje me traz. E, a minha nota prévia, prende-se com o anúncio que V. Ex.a fez no início, relativamente a todas as instituições que vão ser agraciadas aquando das Comemorações dos Duzentos e Cinquenta Anos da nossa Cidade. Uma primeira palavra dirige-se, exatamente, para essas mesmas instituições que hoje foram anunciadas, no total doze. De forma que fica, em nome do PSD, a nossa congratulação, o nosso reconhecimento, pelo esforço que cada uma destas instituições, dentro daquilo que é a sua respetiva missão, tem feito num período tão crítico da nossa vida coletiva, como são estes tempos que nós vivemos. Todos, à sua maneira, merecem, sem dúvida, este reconhecimento que a cidade lhes quer fazer, nas suas comemorações. Os meus parabéns em nome do PSD para estas doze instituições. Ainda, dentro desta nota prévia, permita-me também que lhe deixe, em nome do PSD e em particular dos Vereadores, a nossa felicitação, porque no passado o PSD procurou, na medida do possível, dar o seu contributo, apresentando sugestões para entidades, instituições, que nós entendíamos que deveriam ter este reconhecimento. De facto, há uma atitude que nós reconhecemos, uma atitude diferente, relativamente àquilo que é o nosso entendimento; ou seja, há uma atitude de maior abertura, de maior diálogo, no sentido das propostas possam ser objeto de uma avaliação e este é o caminho... Porque, nem sempre quem está no exercício do poder tem a razão – como também quem está na oposição nem sempre a tem... São estas perspetivas diferentes que contribuem para o enaltecimento, para o enriquecimento, para dar dimensão ao nosso território. De modo que fica este reconhecimento público, que não nos custa rigorosamente nada e que contribui muito para a qualidade da nossa democracia. É com muito gosto que nós constatamos que houve abertura do Executivo para que as propostas que nós



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

apresentámos, no que diz respeito àquelas quatro instituições, em que o nosso critério foi um, é simples, eram as instituições que estiveram na linha da frente do combate à pandemia, também elas fossem reconhecidas. Muito obrigado. Dito isto, o assunto que me traz tem a ver com uma proposta, que do nosso ponto de vista era uma proposta de fácil agilização, a custos baixos e que poderia ter um impacto muito significativo nas nossas vidas. Sem prejuízo de uma reforma que se exige – e tanto quanto é do nosso conhecimento, sobretudo a nível local, no nosso concelho – de uma reestruturação dos cuidados de saúde primários, que se pretende que sejam mais rápidos, mais eficazes, para dar respostas às necessidades das pessoas, das famílias e também das comunidades, sobretudo aquelas que estão mais desprotegidas, das freguesias rurais, o Município deveria criar a Unidade Móvel de Saúde. Esta resposta seria sempre um complemento às respostas que já existem no terreno e nunca uma substituição. Nós, em nenhum período antes da pandemia tivemos a oportunidade de destacar, *in loco*, que em muitas das nossas freguesias rurais as pessoas aguardavam entre quatro a cinco meses para ter uma consulta médica. Procurámos chamar a atenção da comunicação social para estes factos com duas iniciativas. Uma primeira, como uma conferência de imprensa em São Vicente da Beira, à porta da extensão de saúde, com documentos, com pessoas, demos nota que os nossos concidadãos estavam a aguardar demasiado tempo por um bem que muitas vezes faz a diferença entre a vida e a morte: uma consulta médica. Mais tarde chamamos a atenção, numa vigília que fizemos, à porta da extensão de saúde de Santo André das Tojeiras e aquilo que nos moveu foi sempre a mesma razão: que houvesse uma resposta mais célere para com estes anseios, estas preocupações, destas populações. De alguma forma compreensível, estes tempos de pandemia não resolveram, nem esbateram o problema, pelo contrário, acentuaram. A ser assim, eu penso que o Município tinha aqui uma oportunidade de fazer algo que muitos outros municípios do nosso distrito já fazem – é até notícia de dimensão nacional, até através do site do Serviço Nacional de Saúde – e que são respostas que têm estado a funcionar bastante bem. É uma resposta fácil de operacionalizar muito rapidamente e a custos muito baixos. Para dar esta resposta que no nosso ponto de vista devia ser da iniciativa do Município, era importante encontrar aqui alguns parceiros locais, desde logo a Unidade Local de Saúde, obviamente, o próprio Instituto Politécnico de Castelo Branco, através da Escola Superior de Saúde e uma rede capilar que temos ao nível do nosso concelho e que são os centros de dia e os lares. De modo que, Senhor Presidente, no nosso entendimento esta seria uma resposta inovadora no nosso concelho, que traria vantagens significativas de grande proximidade às populações e que daria, também, um sentimento de relativa tranquilidade, porque com uma equipe multidisciplinar de sete a oito pessoas, nós conseguiríamos dar respostas ao nível dos cuidados médicos, da enfermagem, da fisioterapia, do apoio psicológico e social e, também, iríamos viabilizar testes tão simples como o da glicémia, do colesterol, dos triglicéridos, avaliações



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

de tensão arterial, entre muitos outros. Num período tão crítico como aquele em que vivemos, no qual o Serviço Nacional de Saúde, na ótica de muitos especialistas, está demasiado focado nas respostas à Covid-19. Relativamente a indicadores, nos últimos dez-quinze anos, há muitas pessoas a falecer porque não estão a ter os cuidados devidos e aqui está uma resposta, do nosso ponto de vista, traria muitas vantagens. É uma resposta que nós acreditamos que seria rápida, barata, mas sobretudo ela urge e é necessária. Muito obrigado.”

Tomou a palavra a **Senhora Vereadora Cláudia Domingues Soares**: “Cumprimentar o Senhor Presidente. Senhores Vereadores. Caros Funcionários desta casa. Comunicação Social e Caros Concidãos. Temos onze meses passados desde que iniciámos o primeiro estado de emergência e, desde o início desta pandemia, o Município e o Executivo de Castelo Branco têm assumido uma postura próxima, junto das empresas, do tecido empresarial – quer da área dos serviços, quer da área do comércio e, também, da indústria. Inserido num pacote já com cerca de quatro vírgula cinco milhões de euros, dos quais cerca de um vírgula seis milhões se têm destinado, especificamente, à área da economia, no âmbito do *Castelo Branco Apoia a economia* – estamos a falar de mais de mil e duzentas empresas apoiadas no âmbito destas iniciativas do Município de Castelo Branco –, Castelo Branco ressaí como um concelho, comparativamente aos restantes, como um concelho com forte impacto nas medidas de apoio à economia. No fundo, temos sentido que os municípios e nomeadamente o Município de Castelo Branco tem funcionado como uma tentativa de amortecimento no impacto que as empresas e que os empresários sofrem diretamente com toda esta situação. Por isso, lançámos recentemente, em estreita colaboração com a Associação Comercial e Empresarial da Beira Baixa e com a Associação Empresarial da Beira Baixa, ACICB e AEBB, respetivamente, um *vale covid* que canaliza quatrocentos mil euros para a indústria e duzentos e sessenta mil euros para apoiar o comércio e os serviços. Se, por um lado, já tínhamos tido um primeiro momento de apoio, no âmbito da iniciativa *Natal Branco*, a todas as empresas de comércio e serviços que se inscreveram – foram abrangidas oitocentas e quatro empresas –, agora temos uma possibilidade adicional para premiar, incentivar, as boas práticas de higienização nas empresas, agora temos uma nova oportunidade com um valor de duzentos e cinquenta euros, junto do comércio e serviços e, no caso da indústria, entre quinhentos a mil e quinhentos euros, em função do número de trabalhadores. Não têm ficado por aqui as medidas a este setor e ao tecido económico. Quero aqui partilhar convosco o sucesso que tem estado associado à medida de entrega de refeições ao domicílio, com o apoio da associação ANTRAL, nomeadamente, dos táxis de Castelo Branco. Nesta iniciativa já foram entregues mais de mil e quinhentas refeições ao domicílio. Com ela conseguimos três grandes objetivos. O primeiro: conseguimos apoiar a restauração e fomentar a venda de mais refeições. Um segundo objetivo: apoiamos os táxis que acabam



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

por ajudar neste transporte. E um terceiro objetivo: as pessoas ficam em casa e acabam por não ter necessidade de se deslocarem, de andarem na rua para irem buscar as refeições em modo *take-away*. Todos os restaurantes e equipamentos similares podem usufruir deste apoio do Município. Inclusive, hoje, a esta reunião, vem uma proposta de reforço da verba envolvida nesta ação, exatamente pelo sucesso e pela dinâmica que ela tem tido. Ainda no âmbito deste apoio à economia, uma iniciativa que está a ter um impacto importante nas pequenas empresas que é, exatamente, a plataforma de vendas *on-line*, o *CB.CompraLocal*. Está a decorrer até ao final do mês de fevereiro – também em parceria com a ACICB – uma iniciativa de oferta dos portes de envio. O Município suporta estes custos que funcionam como um incentivo a que, as empresas que têm as suas lojas já digitalizadas, possam vender e enviar os seus produtos sem um custo acrescido para o consumidor, acabando por incentivar o procedimento de compra. Sabemos que todos os apoios são poucos para a verdadeira necessidade dos nossos empresários, mas temos, nestes onze meses, assumido sempre uma postura de escuta ativa, atenta, para as necessidades e temos, também, que valorizar muito a resiliência e o espírito lutador que o nosso tecido empresarial tem apresentado perante tamanhos obstáculos e provas com que se têm deparado. Enquanto alguns continuavam à procura de palco para proclamar os seus anseios políticos, outros trabalham arduamente e diariamente para concretizar estas ações. Muito obrigada.”

Tomou a palavra o **Senhor Vice-Presidente, Jorge Carrega Pio**: “Bom dia Senhor Presidente. Senhora Vereadora. Senhores Vereadores. Senhores Dirigentes e Público presente. Se me permite, e no seguimento da intervenção da Senhora Vereadora Cláudia Domingues, quero fazer aqui um apontamento relativo ao programa *CasteloBrancoApoia* e, neste caso, no âmbito da educação, só para fazer um ponto de situação ao que tem sido, também, um tema difícil de gerir, que tem a ver com a interrupção da atividade letiva. Certo é que, a Câmara Municipal de Castelo Branco, em estreita articulação com os agrupamentos, novamente, fez um trabalho árduo no sentido de garantir o mais possível – e penso que as coisas estão a correr bastante bem –, para garantir a todos os alunos a possibilidade do ensino à distância através do reforço de material informático e outros componentes como *routers*, bandas largas, auscultadores... Há aqui um conjunto de equipamentos que a Câmara Municipal, de uma maneira ou de outra, em articulação com os agrupamentos, conseguiu proporcionar aos alunos e que permitem ultrapassar, aos alunos, com menor esforço, esta interrupção letiva que já por si tem consequências bastante significativas junto das nossas crianças. Relembrar que, na primeira vaga, a Câmara Municipal já tinha estabelecido um protocolo com as escolas para a aquisição de cerca de quatrocentos computadores, sendo que, por parte de uma empresa, foram disponibilizados, também, mais cem computadores, além de cento e vinte mil euros – trinta mil euros para cada agrupamento –, no sentido das próprias escolas poderem adquirir material informático. Reforçar a



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

disponibilização da linha de apoio informático a estudantes e a encarregados de educação que, pelos vistos, está a ser uma ferramenta muito importante, porque, pela informação que tivemos por parte da empresa, o serviço teve que ser reforçado em termos dos recursos humanos afetos à linha e isso significa que ela está a ser útil, pois as pessoas estão a recorrer a ela. Ainda, no âmbito da educação, às vezes também é importante sublinharmos isto, e é com satisfação que o digo: o apoio ao pagamento de propinas a estudantes do Instituto Politécnico de Castelo Branco, no montante de duzentos e sessenta e quatro mil euros, se não estou em erro, abrangendo oitocentos e quarenta e cinco alunos – que apoiava o pagamento de licenciaturas em cinquenta por cento das propinas e em vinte e cinco por cento as propinas de mestrado. A certeza que temos é que é uma medida que teve um forte impacto na comunidade e que, inclusivamente, foi apreciada por outros concelhos e instituições de ensino superior. E era aqui que eu queria chegar: foi determinante para a continuidade dos estudos de alguns alunos que passam por muitas dificuldades e a incapacidade de pagar propinas poderia determinar a continuidade dos seus estudos. Portanto, é com enorme satisfação que verificamos que as medidas aqui aprovadas têm resultados concretos na vida das pessoas. Já que estou a falar nisto, gostaria, também, de prestar alguns esclarecimentos em relação à intervenção do Senhor Vereador Hugo Lopes. Se bem percebi a questão que colocou... Na segunda vaga temos aqui um conjunto variado de medidas: temos prevista a isenção do pagamento da utilização de espaço público, relativo a esplanadas, durante o primeiro semestre; temos, também, o desconto percentual de cinquenta por cento nas tarifas de água ao comércio, serviços e indústria, para dezembro, janeiro e fevereiro. Mas o que é importante perceber neste contexto é que isto é um conjunto de medidas que a Câmara Municipal tem levado a cabo desde março do ano passado, onde o investimento realizado é já muito significativo, o que, já por si, é uma questão que devemos valorizar, e que estamos numa fase em que eu destacaria duas questões: uma, é que tentamos priorizar a universalidade das medidas para cada setor, e a outra é que estamos em constante construção da medida, ou seja, isso significa que com o decorrer da conjuntura económica, com o decorrer das medidas do Governo, estamos sempre atentos a ouvir as dificuldades das pessoas e à medida que elas forem evidenciadas e surgirem, obviamente que a Câmara estará cá. Felizmente tem uma capacidade financeira que lhe permite dar resposta às necessidades, quando há outros concelhos que o não podem fazer, por mais dificuldades que os empresários e as pessoas possam fazer sentir. Neste caso, felizmente, a Câmara Municipal tem tido a capacidade de responder, dentro do possível, do razoável e da universalidade, dar resposta às pessoas. Depois deste ponto, no seguimento da intervenção sobre o *Castelo Branco Apoia*, gostava também de ter dito isto. O tema que eu trazia aqui tem a ver com a sustentabilidade, neste caso, numa perspetiva muito direta e objetiva. Muitas vezes existem dinâmicas que nós não valorizamos e às vezes nem sequer nos apercebemos, mas elas têm um impacto estrutural que



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

vale a pena sublinhar. A Câmara Municipal, através dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, os SMAS, desde dois mil e treze até dois mil e vinte, investiu cerca de dezassete milhões e meio de euros na renovação de redes e em tecnologia para poder, de certa forma, operar e supervisionar essas redes. Isto significa que de dois mil e treze para dois mil e vinte reduzimos em cinquenta e sete por cento as perdas de água; ou seja, se em dois mil e treze houvessem cem litros de água desperdiçados através das roturas na rede, nós conseguimos reduzir isso em cinquenta e sete litros e supostamente, agora, só perderíamos quarenta e três litros. Isto é uma coisa completamente brutal: um impacto brutal no ambiente, como também na eficiência dos serviços. Muitas vezes não conseguimos perceber o patamar em que estamos. Se já tínhamos sido, em dois mil e dezanove, uma referência como um dos concelhos que menos perdas de água tem na rede de água e saneamento, de dois mil e dezanove para dois mil e vinte conseguimos reduzir, novamente, essa percentagem: reduzimos vinte e três por cento, sendo o patamar que temos agora, e este é o número que convém reter de perdas de água na nossa rede, na ordem dos treze por cento. Isto significa que, em cem litros de água que os serviços adquirem, só se perdem treze e conseguem chegar ao consumidor final oitenta e sete litros, quando a média nacional é de trinta por cento. Nós estamos com números estratosféricos relativamente à média nacional, o que explica o porquê deste investimento: melhora a rede, mas melhora a eficiência e ganhamos todos e, também, o ambiente. Para terem uma ideia, esta eficiência, apresentada pelos Serviços e pelo Município, em que conseguimos ganhar, de dois mil e dezanove para dois mil e vinte, em termos financeiros, representa trezentos e setenta e seis mil euros que os Serviços Municipalizados de Castelo Branco poupam. E isto, obviamente, tem consequências positivas para as contas do Município, para as contas dos SMAS e isso é uma questão que devemos valorizar porque, muitas vezes, ela já é tão normal nas nossas conversas, que acho que é importante que se sublinhe, pois representa o trabalho de muitas pessoas, de técnicos cada vez mais qualificados para lidar com esta questão e bem sabemos a importância que a questão ambiental tem cada vez mais. Por fim, e se me permite, fazendo aqui uma nota prévia de dois pontos... Uma é porque eu entendo que é o momento correto e a sede correta para falar sobre este assunto, que vou referir numa perspetiva meramente política. Não posso deixar de referir, a leitura do acórdão do passado dia quatro de fevereiro, pelo Tribunal Judicial de Castelo Branco, que absolveu o Dr. Luís Correia dos crimes de que era acusado. Ficou demonstrado que nos processos em causa não foi exercido qualquer tipo de influência, não houve favorecimentos e nem colocado em causa o erário público. A mim não me surpreende este desfecho, uma vez que este processo assentou sempre numa questão essencialmente administrativa. Mas, paralelamente a este processo, nem sequer vou comentar os variados julgamentos em praça pública e nas redes sociais de que o Dr. Luís Correia foi alvo e as consequências na sua vida e na dos seus mais próximos. Mas terei que comentar a posição, sobre esta



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

matéria, do PSD local. Veja-se, a título de exemplo, a conferência de imprensa protagonizada pelo Senhor Vereador Carlos Almeida, em julho de dois mil e vinte, no momento da efetivação da perda de mandato do Dr. Luís Correia. Nessa altura, o Senhor Vereador referia que 'o Dr. Luís Correia utilizou as funções de Presidente da Câmara para retirar proveitos pessoais, familiares e partidários, tendo colocado os seus interesses pessoais e corporativos acima do interesse público'. Refere, também, que 'Luís Correia lesou gravemente os interesses dos albicastrenses ou deixou-se enredar numa teia de interesses muito duvidosos'. Aliás, já depois da leitura do acórdão, o PSD volta a insistir em 'marcadas ilegalidades', potenciando a pena administrativa e minimizando o acórdão do passado dia quatro de fevereiro. Pois bem: aqui está a evidência da ação política que é desenvolvida pelo PSD. Procura uma realidade ficcionada baseada em presunções que pretendem, somente, confundir a opinião pública, para daí retirar dividendos políticos. Não conseguem sair do discurso da baixa política e da ofensa pessoal. Não conseguem sair da política de casos, ou potenciais casos. Tem sido o discurso dos últimos anos e é o retrato desta oposição: vazio de ideias, sem projeto alternativo e cheios de imaginação para ficcionar. Senhor Vereador, atendendo às suas responsabilidades políticas, não acha este comportamento totalmente irresponsável? Não acha que no estado de direito em que vivemos este tipo de posições não afeta gravemente a normalidade da nossa comunidade? Não acha que num estado de direito como o nosso não deverá ser garantido que a justiça seja feita apenas nos tribunais? Não percebe que este modo de estar na política, além de afetar as pessoas honestas e que trabalham, também prejudica gravemente a imagem da cidade e do concelho? Será o momento de traçar, também, um novo caminho? Obrigado."

O **Senhor Presidente José Augusto Alves**: "Antes de mais reitero os cumprimentos a todos. Em relação às perguntas que o Senhor Vereador Hugo Lopes faz sobre a planificação da vacinação e o porquê dos centros de dia e os serviços de apoio domiciliário não estarem englobados no plano de vacinação, quero dizer-vos que todas as instituições, de uma forma geral, fizeram várias perguntas à Direção-Geral de Saúde através das Autoridades Regionais de Saúde e que a resposta foi que 'por ora não eram contemplados no plano de vacinação'. Foi a única resposta que deram. No entanto, a justificação prendia-se um pouco com os médicos das instituições... Como vocês sabem, os lares – preferencialmente, eu gosto mais do termo lar, mas, como sabem, de uns anos a esta parte passaram a designar-se *estruturas residenciais para pessoas idosas*, que eu acho uma coisa despersonalizada e já o afirmei várias vezes – têm médicos, e os utentes, de uma forma geral, passam a estar ao encargo dos médicos dessas instituições, enquanto os dos centros de dia e os do apoio domiciliário estão ao encargo do SNS normal... Também foi uma das explicações que algumas IRS deram, através da Direção-Geral de Saúde. Eu não concordei perentoriamente com esta ideia, porque acho que deveriam ter sido todos vacinados. E mais... O programa



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

inicial – ainda bem que foram tomadas aqui algumas atitudes diferentes – não estava bem esclarecido e, aliás, isso foi notório. A intenção do que era para fazer não foi escrita de acordo com essa intenção porque, de uma forma geral, as instituições entenderam de uma forma diferente. Isto é bom que se diga porque só quem não conhece a realidade... E também se viu que havia um desconhecimento total do país, no que diz respeito ao funcionamento das instituições. Quero aqui dizer isto de uma forma simples e clara. Acho que o devo fazer, porque já ando nas instituições há muitos anos. Sou quase dos mais antigos do distrito destas áreas e tenho formação adequada para o efeito. Por isso posso dizer que há um desconhecimento que, infelizmente, continua... Mas, como diz uma obra espiritual da Misericórdias, 'temos que ensinar os ignorantes' e, às vezes, desculpem-me que vos diga, de uma forma tão simples, mas tão concreta e determinada, que se calhar o erro é de todos nós porque não conseguimos ensinar as pessoas. No que diz respeito à discordância entre a ULS de Castelo Branco e os Centros de Saúde, eu quero dizer-vos que não houve discrepância absolutamente nenhuma. Não sei como é que aconteceu essa situação. Desde a primeira hora estivemos sempre a falar, em conjunto... Não percebemos... Isso devia ter sido uma ineficiência de alguma informação, que às vezes surge. Desde a primeira hora estivemos todos e em dois dias montámos os dois centros de vacinação. Nesse aspeto, quero agradecer – e já o fiz ontem em conferência de imprensa – ao Seminário de Alcains que, desde a primeira hora, porque era um dos sítios que tínhamos identificado para possível, se fosse necessário, colocação de pessoas infetadas com *covid* ou não... Aliás, o Senhor Padre Castanheira... Mais uma vez deixo aqui a disponibilidade apresentada por ele... As boas relações que temos com a área religiosa católica que de uma forma frontal disse que estavam dispostos para ajudar... Agora foi necessário alojar pessoas no Seminário de Alcains... Face à estrutura que existe – o Centro de Saúde de Alcains, o Centro de Saúde de São Miguel, o Centro de Saúde de Santiago e a Unidade de Saúde Familiar – daí, o Centro de Vacinação de Castelo Branco está para esta área, como o Centro de Vacinação de Alcains está para a área da Alcains, que depois tem vários postos de saúde... Nós temos vários postos de saúde em algumas aldeias das freguesias que estão, eu diria, acoplados ao Centro de Saúde de Alcains. Por isso é que houve esta determinação... E foi bom, para desanuviar mais estas pessoas. Eu acho que foi uma boa atitude que foi articulada quer com os Centros de Saúde, quer com os Cuidados de Saúde Primários, quer com a ULS e a Câmara Municipal... Também agradecer à Junta de Freguesia de Alcains que imediatamente se disponibilizou para montar o Centro de Vacinação de Alcains, com a supervisão da Unidade Local de Saúde e com o apoio da Câmara Municipal. Recebi, há poucos minutos, a indicação de que está tudo a correr bem. Já há pessoas a serem vacinadas, quer no Centro de Vacinação do Pavilhão Municipal, quer no Centro de Vacinação de Alcains. Ontem eu fiz a conferência de imprensa... Levámos os Senhores Jornalistas ao centro de vacinação de Castelo Branco... E dizer-vos que,



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

como sabem, a vacinação é um ato médico e, se assim o entenderem, só devem estar presentes as pessoas que estão a ser vacinadas... Por isso proporcionámos a visita ontem, porque hoje já não seria possível. Quer a Câmara Municipal, quer a Dr.a Eugénia André, quer o Dr. Miguel Resende, quer o Dr. Luís Fernandes de Alcains, estamos em plena articulação, sintonia, e é assim que as coisas devem ser feitas. No entanto, respondemos já à situação que me pôs o Senhor Vereador Carlos Almeida... As Unidades Móveis de Saúde existem, de uma forma geral e foram identificadas como a solução para os territórios em que não haviam Centros de Saúde e em que não haviam postos integrados nos Centros de Saúde, como por exemplo o caso de Alcains que tem a Lardosa, ou como por exemplo Vale da Torre, os Escalos, Tinalhas... A Câmara Municipal tem concretizado e tem de fazer e continuar a fazer um trabalho de melhoria das condições nesses postos dos Centros de Saúde – ou chamados Centros de Saúde nas Aldeias – no sentido de criar melhores condições. Obviamente que é diferente, o médico está ali, as pessoas deslocam-se... Há também aqui uma boa articulação com as Juntas e as Uniões de Freguesia, quando há necessidade, como está agora a acontecer com o transporte de uma ou outra pessoa que não tenha transporte para vir aos centros de vacinação para lhe ser administrada a vacina... Quero dizer-vos que isso está a acontecer e também uma palavra de apreço para esta articulação que está a ser feita, via saúde pública, com os Senhores Presidentes de Junta, porque basta um telefonema e imediatamente eles estão sensibilizados para resolver essa situação de falta de transporte... Ou intervir através da parte, no que diz respeito, à procura de uma ambulância, mas isso já através da saúde pública... No Centro de Vacinação de Castelo Branco foram criadas condições para que às pessoas que venham em ambulâncias lhes seja administrada a vacina sem que saiam da ambulância e depois esperam os trinta minutos de recobro dentro da ambulância e regressam às suas casas... Isso também foi pensado e todo este procedimento é dinâmico, podendo, a qualquer momento, vir a ser introduzido algum mecanismo regulador de melhoria... Todos, em conjunto, cá estamos para isso... Mas, como lhe dizia, a aposta do Município foi essa e eu penso que é preferível às Unidades Móveis de Saúde, no entanto, reconheço o seu papel em alguns territórios... Em Castelo Branco isso não foi feito... Ainda temos capacidade, aliás, numa reunião que fiz, sobre esta parte dos cuidados de saúde primários, há cerca de três meses, com a Dr.a Eugénia André e com a Administração da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, porque quis inteirar-me desta situação e fiquei ciente de que as coisas estavam neste e esta é a melhor forma de o fazer e eles saberão melhor que eu porque são os técnicos, estão no terreno, têm médicos, tem enfermeiros, têm pessoal administrativo. Obviamente, há sempre um trabalho a melhorar, porque há a falta de um médico que não pode ir – que os médicos também têm baixas médicas e muitas vezes isso acontece e, às vezes, não existe capacidade imediata de os substituir, ou até mesmo um enfermeiro e isso, pelo menos, foi uma manifestação que me fizeram e que eu aceito até por conhecimento



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

de causa. Quanto à situação das medalhas de agradecimento e agraciamento que vai ser feito aos medalhados no dia vinte de março, esperemos que a cerimónia se faça, era bom. Era sinal de que estávamos a melhorar e isso também era uma esperança para o futuro. Os números são animadores, mas como se costuma dizer, que não sirvam para relaxar as medidas, as nossas rotinas, a nossa responsabilidade pessoal. Que não seja por aí. Agradecer as palavras do Senhor Vereador Carlos Semedo, que faz aqui uma panorâmica correta da situação no que diz respeito aos equipamentos sociais e que é uma forma aberta de dizer o que se passa, o que se passou em dois mil e dezanove, a diferença para dois mil e vinte, face à pandemia e também a recuperação e a esperança de que as coisas vão melhorar, de que as pessoas vão regressar a Castelo Branco que é uma cidade que tem todas as condições, tem qualidade de vida, é uma cidade excelente para visitar, para investir, para viver porque tem qualidade e a Câmara Municipal orgulha-se do trabalho que tem feito ao longo dos anos nesse sentido. A Senhora Vereadora Cláudia Domingues faz aqui um traçado do apoio ao tecido empresarial, ao comércio, aos serviços à economia, ao trabalho que está a ser feito, que fique aqui bem claro. Eu tenho tido cuidado sempre, nas conferências de imprensa quando anunciamos estas medidas, de dizer que as medidas não terminam agora. Nós estamos atentos e essa foi a tônica quer da Senhora Vereadora Cláudia Domingues, quer do Senhor Vice-Presidente Jorge Pio. Nós não podemos dizer que as medidas terminaram agora – era bom que assim fosse, era sinal que as coisas melhoravam de um dia para o outro –, mas nem sempre estas coisas se resolvem com um clique. Nós estamos atentos. Eu, em contacto com todos aqueles que estão na linha da dificuldade, vamos lhe chamar assim, têm manifestamente dado essa tônica. As coisas estão sempre a estudar-se e quando a gente verifica que há aqui possibilidade de apoiar ou há aqui um caminho para o fazer, nós cá estamos para o fazer. Tudo o que foi feito já foi muito. Temos aqui vários exemplos de excelentes apoios que nós temos feito desde março: o *Vale Covid*, as empresas já apoiadas, as parcerias que temos desenvolvido quer com a ACICB, com a AEBB, com a AHRESP, quer com a ANTRAL. Estes objetivos de parceria têm sido excelentes, quer ainda para a restauração, para os táxis, para as pessoas que ficam em casa, com a distribuição das refeições... A parte social, também, que não foi falada que tem de ser feita com muita discrição... Mas quero dizer-vos que, através das instituições de parceria que nós temos – IPSS's, Cáritas –, nós já apoiamos com mais de cem mil euros as pessoas da nossa comunidade, do nosso concelho e de uma forma discreta. E se somarmos aí os géneros alimentícios que estamos a distribuir através de parcerias que nós temos tido, passa os cento e quarenta mil euros. Reparem que já estamos aqui a falar de um valor a ultrapassar os duzentos e cinquenta mil euros. Falou-se aqui também da plataforma *online*. É um objetivo da Câmara Municipal, é um objetivo, quer da ACICB e da AEBB e de todos os comerciantes e de todos os empresários, a procura da digitalização. Quando a Senhora Vereadora



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Cláudia Domingues fala da plataforma *online*, o *CB.CompraLocal*, é um desafio que deixa aos empresários de que este é o caminho porque nós não sabemos... É a tal história da 'pergunta que vale um milhão de dólares'... Não sabemos quando é que isto acaba e isto é uma forma... E isto pode não chegar... Pois, mas como se costuma dizer, às vezes 'o céu não é o limite', não é...? Temos de ter aqui alguma consciência, algum equilíbrio e é isso que nós estamos a tentar fazer, articulando com todos, falando com todos, em franco diálogo. Agora... O espírito lutador dos nossos empresários é apreciável e nós falamos dos nossos. Também há aqui apoios do Governo, e quero dizer-vos que, de uma forma geral, nós temos sido pioneiros em várias medidas em Castelo Branco, reparem. Quando se fala aqui da parte do ensino – e falando aqui um pouco da educação – o reforço de equipamentos que nós fizemos, fizemo-lo na dianteira. Identificamos as dificuldades através dos Senhores Diretores dos Agrupamentos e depois dessa procura de equipamentos para lhes entregar, apareceram empresas que de uma forma filantrópica acederam... E nesse aspeto quero dizer-vos, também, das parcerias que as próprias empresas desenvolveram, por exemplo, com o Instituto Politécnico de Castelo Branco, nesta linha de apoio que está a ser feita – que agora somos pioneiros também nessa área – e que está a ter uma procura extraordinária com os alunos da nossa comunidade educativa, uma medida que está a ser replicada a nível governamental. Às vezes fala-se da província, do interior.... Mas estamos no bom caminho e temos dado aqui excelentes exemplos de apoio e, às vezes, como disse, como pioneiros nessas áreas. Quando fazemos a redução das taxas de água que fizemos na primeira vaga, que fizemos para os consumidores não domésticos já na segunda vaga, estamos a falar numa verba extraordinária. Individualmente, as pessoas pensam que é pouco, e acredito que seja pouco na fatura da água, mas em termos gerais, nós temos trinta e seis mil consumidores o que quer dizer – embora não seja reduzido o mesmo a todos –, que estamos a falar de uma medida com grande peso financeiro. Mas também o podemos fazer, porque temos equilíbrio financeiro nas nossas contas e vamos continuar a tê-lo... Apesar de todos estes apoios vamos continuar a tê-los e temos que o manter, até para garantirmos o futuro de gerações vindouras... Não podemos pensar só em nós, estamos cá agora, 'vamos mas é desbaratar o dinheiro e quem vier a seguir que feche a porta'... Esta não é a postura do Município, nem nunca será. Portanto, estamos atentos e as medidas não acabaram aqui, vão continuar... E estamos a apreciá-las, a analisá-las... Eu sei do lado de quem precisa a ansiedade é complicada...! Por detrás de cada pessoa há uma família... Há dificuldades para pagar as contas, para pagar as rendas, para pagar tudo. Nós estamos atentos a isso e podem sempre contar com a Câmara Municipal de Castelo Branco, com esta transparência, nós estamos cá para isso. É o nosso dever. É a nossa responsabilidade. Mas temos de fazê-lo com cuidado e procurando sempre fazer o melhor caminho e é aqui que nos temos de nos reunir todos. Reconhecemos a situação que estamos a viver todos. Em relação àquilo que apresentou, também, o Senhor Vice-



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Presidente, relativamente à sustentabilidade ambiental, que às vezes parece que com esta situação da pandemia, nos temos esquecido, ainda bem que ele refere esse assunto na sua intervenção, uma vez que a redução de perdas de água no nosso Município é um exemplo para todo o país. Isso deve-nos orgulhar. Ainda não estamos a dormir à sombra da bananeira. Continuamos procurando novos objetivos, no sentido de que ainda há aqui caminho para melhorar e isso é que é um desafio para nós. Como se costuma dizer, 'como o santo está em Portalegre, temos três dedos a apontar para nós'. Estamos a trabalhar para o futuro, para o nosso interesse. Faz aqui uma alusão à leitura do acórdão e eu quero dizer-lhe como Presidente de Câmara, porque trabalhei durante dois anos e meio com o Senhor Presidente Luís Correia e aprecio a sua honestidade, a sua lealdade, o seu trabalho, o seu empenho em prol da nossa comunidade e quero dizer-vos que ficámos extremamente satisfeitos com a leitura do acórdão que absolveu o Presidente Luís Correia... E quero aqui associar-me a ele – já o fiz pessoalmente – mas através desta reunião de Executivo, dizer-lhe que foi muito complicado para ele e, como disse há pouco, por detrás de uma pessoa está uma família, e às vezes são ditas coisas de uma forma tão exaustiva, tão acutilante... Eu diria, com tanta falta de senso... Que se esquece que por trás estão pessoas de idade e que podem, eventualmente, ter repercussões para toda a vida. Acho que esse é um ensinamento que também deve estar presente nesta decisão. Eu sei do que falo, porque é dramático para todos nós... Isto afasta as pessoas da política e não devemos afastar-nos, a política é uma coisa nobre, já os gregos o diziam e deve ser um desafio, para todos nós, para o futuro. Eu acho que o microfone deslumbra muita gente. Felizmente, foi dada razão ao Luís Correia, a todo o conjunto da Câmara Municipal. Afinal, nós tínhamos razão e por mais badalado que seja, por mais conversa que se faça nos meios de comunicação social, ou nas chamadas redes sociais, não nos deve afastar de outras coisas e daqueles valores que eu falei no início, quando fiz a apresentação dos medalhados que vão agraciados no dia vinte de março. É isso que nos deve motivar... Portanto, fez-se justiça nos tribunais e acima de tudo é preciso frisar que a política tem que ser uma coisa nobre... Quando falo em 'coisa' refiro-me à 'coisa pública'. Era isto que eu vos queria dizer de uma forma mais curta possível."

Tomou a palavra o **Senhor Vereador Carlos Almeida**: "Mais uma vez, muito bom dia. Eu, realmente, vou necessitar de deixar aqui duas ou três notas. Se é verdade que todos estamos de acordo que aquilo que os gregos nos deixaram na pessoa de Péricles, que foi o fundador da democracia, é o grande legado da civilização grega para toda a contemporaneidade... E se dizemos que é um exercício nobre – e de facto, é – então também nos compete, a nós que exercemos funções públicas, prestar esclarecimentos públicos e não confundir, não intoxicar, a opinião pública. No que diz respeito ao caso do ex-presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, o que estamos a assistir hoje aqui é algo a que vamos, seguramente, assistir nos próximos tempos. É um ensaio de vitimização, é um ensaio de confusão, da opinião pública... Porque



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

há aqui duas dimensões. Uma dimensão do Luís Correia político, que foi condenado até às últimas instâncias pelo Tribunal Constitucional, depois de vários recursos interpostos, que tanto mancharam a imagem de Castelo Branco. De facto, há um prejuízo, há um dano que não é mensurável, que tem a ver com a imagem de Castelo Branco. Depois, há uma outra dimensão, qua não é do Luís Correia político, é do Luís Correia cidadão, juntamente com outras pessoas e é, exatamente, a essa sentença que se referem agora, em que ele foi ilibado e sobre o qual nós nunca fizemos qualquer espécie de juízo de valor. O nosso juízo de valor foi só e apenas, sob um ponto de vista político e, relativamente a isso, as decisões dos tribunais administrativos e do Tribunal Constitucional são claras. Dito isto, Senhor Vereador Jorge Pio, o tom e o conteúdo da sua intervenção ficam mesmo só consigo e eu não darei nenhum contributo no sentido de baixar o nível. Relativamente ao vazio de ideias do PSD, ele ficou hoje aqui bem patente, porque, há semelhança daquilo que tem sido o nosso registo nos últimos anos, mais uma vez hoje tivemos oportunidade de trazer um conjunto aqui de propostas, de ideias e dar o nosso humilde e simples contributo. É isso que fazemos e, enquanto estivermos no exercício de funções, não vamos, em circunstância alguma, abdicar deste princípio de dar o nosso contributo. Portanto, fica esta primeira nota. Uma segunda nota: é bom que, às vezes, a gente desça à terra e ponha os pés bem assentes no chão e se relativize as coisas. Eu tenho oportunidade de trabalhar no município aqui ao lado... Por sinal sou professor e conheço bastante bem a realidade bem diferente do Fundão enquanto docente... E, enquanto cidadão que vive em Castelo Branco, também conheço muito bem a realidade de Castelo Branco, no que diz respeito, em particular, ao ensino. Portanto, aquilo que vou dizer a seguir, é com conhecimento de causa e é no sentido de pôr as coisas nos devidos termos e relativizar as mesmas. Quando foi da primeira vaga, passados dois dias de estarmos confinados, eu estava em contacto com todos os meus alunos do concelho do fundão nas aldeias mais recônditas, onde muitos deles não tinham equipamento informático e não tinham internet. E o município do Fundão, passados dois dias, colocou equipamentos em todas as casas, ao contrário daquilo que acontece no concelho de Castelo Branco em que, no final do terceiro período, ainda havia crianças sem computador... Portanto, vamos relativizar as coisas, vamos pôr as coisas onde elas têm de ser colocadas. No que diz também respeito aos apoios, vamos também, mais uma vez, relativizar as coisas. Está de facto a ser feito aqui um esforço, por parte do Município, muito significativo, para apoiar o comércio local e foi feita a menção de duzentos e sessenta mil euros à ACICB... Pois é um valor que nós acompanhamos, registamos, saudamos... Mas dentro deste espírito, dentro deste exercício, de relativizar as coisas, é importante também que os concidadãos de Castelo Branco saibam que, por exemplo, o Município se prepara para investir duzentos e cinquenta e quatro mil euros, repito, duzentos e cinquenta e quatro mil euros, numa segunda capela mortuária em Sobral do Campo, a cinquenta metros de uma que já existe... Se duzentos e sessenta



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

mil euros é um esforço significativo para apoiar o comércio local, então o que é que nós temos a dizer acerca dos duzentos e cinquenta e quatro mil euros para uma segunda capela mortuária ao lado, a cinquenta metros da outra. Finalmente, Senhor Presidente, no que diz respeito à Unidade Móvel de Saúde – de facto foi essa a proposta de fundo e sobre a qual eu não me quero desviar significativamente –, vai-me perdoar, mas a interpretação que faz... E provavelmente, por defeito meu, porque não me soube explicar... É que a Unidade Móvel de Saúde não tem nada a ver com a estrutura física daquilo que já existe. Essa é a questão menos relevante, porque qualquer freguesia terá sempre um local público para poder fazer consultas... Não é esse o ponto. O ponto é outro e tem a ver é com os recursos humanos, com a possibilidade de as pessoas poderem fazer aqueles testes a que eu fiz alusão, de poderem ter cuidados de enfermagem, de poderem ter cuidados de uma equipa de fisioterapia... Esse é o ponto, não é o recurso físico. Mais uma vez, eu acho que a atual equipa do Executivo continua a laborar num erro... É que, mais do que a obra, mais do que o tijolo, o betão, nesse momento estamos numa fase em que o fundamental é o imaterial, é o apoio técnico, são os recursos humanos. Muito obrigado.”

Tomou a palavra a **Senhora Vereadora Cláudia Domingues Soares**: “Senhor Presidente. Senhores Vereadores. Caros Funcionários desta casa. Caro Concidadão. Caro José Júlio. O Senhor Vereador, Carlos Almeida e o PSD têm vindo a fazer eco da expressão: Castelo Branco é notícia pelas piores razões. Utilizam vastas vezes esta expressão. Mas, Castelo Branco tem sido inúmeras vezes notícia pelas melhores razões. Partilho convosco um apanhado daquilo que foi o segundo semestre do ano passado só para explicar que em termos de notícias na comunicação social – na imprensa escrita, rádio, *online* e televisão, isto dividido por várias áreas –, posso dizer-vos que temos duzentas e dezoito publicações na comunicação social, das quais, oitenta e seis, são a nível nacional e cento e trinta e duas, a nível local. Isto para lhe dizer que Castelo Branco é motivo de notícia, na grande maior parte das vezes, pelas melhores razões. Pelas razões de podermos promover as dinâmicas que acontecem no nosso território. E isto só é possível, primeiro, porque o PS em Castelo Branco tem tido um rumo, uma estratégia, que permite colher resultados ao longo do tempo. Depois, porque este Executivo tem conseguido impor uma dinâmica que em *Castelo Branco Acontece*, por muito que isso possa incomodar alguns, mas o que é facto é que *acontece* e que, no fundo, permite-nos conhecer e partilhar com os outros que temos um concelho com qualidade de vida, onde dá gosto viver. Por último, mostra também que temos conseguido comunicar essas dinâmicas, não só ao nível local, mas também ao nível nacional. A linha de atuação que tem sido seguida, pelo Senhor Vereador Carlos Almeida e pelo PSD de Castelo Branco, tem sido uma comunicação levantando e assente na suspeição, citando uma política de casos e criando um enredo assente em dados fora de contexto, e cito: o ‘PSD diz a verdade aos Albicastrenses’; em manipulação do sentido das frases; em omissões e deturpações da



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

realidade e aparentes ilegalidades... E isto tem um nome: isto chama-se demagogia. Este é o *modus operandi* a que temos assistido nos últimos anos, em que se 'incendeia o Coliseu e oh...! Não temos Coliseu...! Não faz mal, primeiro anunciamos o incêndio e depois, a seguir, já se trata da existência do Coliseu.' Lamento. Mas sou obrigada a repudiar e a condenar com veemência este tipo de atuações, este tipo de comunicações, este tipo de empolamentos, que só podem ser motivadas por desespero político de quem se vê diariamente confrontado com o sucesso de uma estratégia do Presidente do Executivo do PS em Castelo Branco e, neste caso concreto, eu aconselho penitência."

Tomou a palavra o **Senhor Vice-Presidente, Jorge Carrega Pio**: "Senhor Presidente, se me permite, sei que a reunião já vai longa, mas há aqui duas ou três questões que eu gostava de abordar. E, dando resposta, também, ao Senhor Vereador Carlos Almeida, há uma questão que é certa: este tipo de assuntos eu só os discuto aqui, não tenho redes sociais e não é nas redes sociais que se discutem estas questões, na minha perspetiva. É aqui que devem ser faladas e fi-lo, em nota prévia, que isto tem, acima de tudo, numa perspetiva política. Noto aqui o Senhor Vereador um pouco desorientado, recorrendo já aqui a um conjunto de questões que eu acho não serem muito pertinentes, sabendo que tudo o que se faz em Castelo Branco é sempre para relativizar, mas, a isso, já estamos habituados. Intoxicar a opinião pública...? Manchar a imagem de Castelo Branco...? Senhor Vereador Carlos Almeida, se me permite, deixe-me recordar um episódio, porque a memória não pode ser curta e, se queremos mesmo falar má imagem de Castelo Branco, então temos que recuar ao dia vinte e nove de maio de dois mil e vinte – por acaso o aniversário do Dr. Luís Correia – data que que é exibido um episódio do programa *Sexta às 9*, que teve como principal guionista o Senhor Vereador. Aliás, este episódio começa no dia vinte e dois de maio, uma semana antes, onde o Senhor Vereador traz a lume um conjunto de contratações, por parte do Município, relativamente a uma série de eventos que iriam ser realizados, que é o planeamento normal que tínhamos definido em pré-pandemia, para desenvolver em dois mil e vinte. O Senhor Vereador, nessa reunião de dia vinte e dois, no contexto próprio, colocava as seguintes questões: 'quando da assinatura destes contratos, foi pago algum valor? Se sim, qual o valor ou, eventualmente, percentagens? Há uma segunda pergunta que se prende com o seguinte: assinaram contratos para eventos que já se sabia, com grau de previsibilidade muito elevada, que não iriam existir condições para a sua concretização? Terceira questão: não sendo possível a execução dos contratos, nos prazos que estão estabelecidos nos mesmos, que valor ou percentagens devem os signatários ser ressarcidos?'... Perguntas totalmente legítimas, não fosse o caso que, depois da reunião de Câmara colocasse tudo nas redes sociais – à sua maneira, obviamente – e, uma semana depois é então exibida, no *Sexta às 9*, uma reportagem sobre a questão dos eventos... Má imagem de Castelo Branco...? Intoxicar a opinião pública...? O programa, claramente tendencioso que não vem só levantar



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

falsidades e um clima de suspeição entre relações contratuais do Município e de uma empresa local, mas denegriu, essencialmente, a imagem dos produtos e das dinâmicas de Castelo Branco. Nessa reportagem, o Senhor Vereador Carlos Almeida fez sete intervenções. Entre elas, destaco aqui duas: *de facto, deixou avolumar em torno da pessoa dele – do Dr. Luís Correia –, aqui um conjunto de situações, enfim, menos claras, que inclusivamente até determinaram, por parte das instâncias judiciais, três sentenças de perda de mandato. De facto, eu acho que já deveria estar de sobreaviso, de ter um conjunto de situações que não acautelou, devidamente na assinatura destes contratos.* Outra intervenção: *é obsceno... se me permite, é chocante...* Bom, este tipo de intervenções não estão a denegrir a imagem de Castelo Branco...? Um programa transmitido na RTP 1, em horário nobre, numa sexta-feira, em que faz sete intervenções acusando o Município, mais concretamente o Dr. Luís Correia de estar a cometer ilegalidades e não estar a defender o erário público...? Infelizmente, apesar dos nossos esforços em contextualizar as referidas contratações, esta reportagem teve impactos brutais na nossa comunidade, naquele que é mais um bom exemplo da opção política tomada pelo PSD local: a presunção dos factos e acusações precipitadas. Este tem sido o seu 'norte'. Pois bem, aquelas contratações obscenas, criminosas, tiveram agora o seu arquivamento em sede de departamento de investigação e ação penal, da qual passo a ler apenas alguns excertos, porque não quero ser maçador e percebo que a reunião já vai longa... Há um contexto dos factos, que é o programa, essencialmente, e a intervenção do Senhor Vereador... E passo a citar alguns excertos: *Pois bem, é neste contexto factual – que são os contratos – que surge a imagem na RTP, no âmbito do programa Sexta às 9, emitido no dia vinte e nove de maio de dois mil e vinte, que numa feição marcadamente sensacionalista procurou sempre colocar o enfoque no alegado tratamento de favor, que o presidente da câmara de Castelo Branco, a braços com problemas na justiça, poderá ter dado à empresa VTE, em função do relacionamento político e influência partidária, que os responsáveis desta empresa têm junto da autarquia, em detrimento de uma gestão racional e prudente e, por isso, ruínosa, com o prejuízo de interesses patrimoniais do município que, justamente, lhe competia zelar e defender. Fê-lo, contudo, sem aquele grau de certeza e materialização necessário ao exercício de ação penal, não estando, apenas, as suspeitas que foram lançadas, devidamente concretizadas e assentes em elementos de prova minimamente consistentes. E, isto, porque se limitou a fazer conjeturas e suposições genéricas, desacompanhadas de qualquer elemento fáctico suficientemente concretizado, ou de algum meio de prova, minimamente sólido.* Palavras do Senhor Procurador. *Analizados os procedimentos de contratação colocados em causa pela referida reportagem televisiva, cuja formalização acabou por acontecer no momento em que já se sabia não existirem concretizações para a concretização imediata do respetivo objeto, pelo menos nas datas inicialmente previstas, não vemos, ainda assim, que deveres funcionais insípidos ao cargo dos membros e funcionários*



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

daquela autarquia, possam ter sido violados, ou em que medida é que o poder público poderá ter sido instrumentalizado por interesses meramente privados. Neste quadro legal, parece-nos, no mínimo, exagerado considerar que o município tenha ficado nas mãos da empresa adjudicatária, tanto mais que, num dos contratos, a sua execução estava garantida por uma garantia bancária prestada pela empresa adjudicatária. Além disso, a possibilidade do adiamento da realização das feiras já constava, quer da plataforma de lançamento do concurso público. Afigura-se-nos, por isso, aceitáveis as explicações que o presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, Luís Correia, deu aos órgãos de comunicação social, na conferência de imprensa de oito de junho de dois mil e vinte, de acordo com as quais, a própria impossibilidade no incumprimento dos contratos não era então, nem é agora, inevitável, existindo, tal como hoje, a possibilidade real e efetiva do seu cumprimento. E, efetivamente, eu não quero ser maçador... Mas o que é certo é que – e é isto que eu quero sublinhar –, temos que ser responsáveis... Quando somos políticos e quando temos funções de ordem política, temos que ser responsáveis nas nossas ações e perceber que daí também se devem tirar ilações políticas quando se entra numa dinâmica desta natureza. Obrigado.”

Tomou a palavra o **Senhor Vereador Hugo José dos Reis Lopes**: “Senhor Presidente, em relação à intervenção que eu tinha feito, fiquei só com duas ou três dúvidas. Já percebi que, em relação àquela situação dos *utentes residente e não residentes*, são indicações da DGS – pelo menos foi esse o meu entendimento, na sua resposta. Em relação ao esclarecimento que eu pedi, que veio à comunicação social de que o hospital e o centro de saúde, por causa da vacinação, isso pelos vistos está ultrapassado... Não percebi aqui uma situação daquilo que disseram – não sei se foi o Senhor Vice-Presidente ou o Senhor Presidente – de que parte da redução de cinquenta por cento das taxas fixas foi implementada na segunda vaga nos *clientes não domésticos* e nos *clientes domésticos* não... E aquela parte da isenção de pagamento de estabelecimentos da propriedade do município...”

O **Senhor Presidente**: “Foi o maio e junho e depois foi dezembro...”

O **Senhor Vereador Hugo José dos Reis Lopes**: “Estou a referir-me à segunda vaga. Então, foi só para o mês de dezembro... Nesta fase não está em vigor...”

O **Senhor Presidente**: “Para já...”

O **Senhor Vereador Hugo José dos Reis Lopes**: “Era só este esclarecimento. Em relação ao resto que tem sido aqui falado, nomeadamente o acórdão do Dr. Luís Correia, o ex-Presidente de Câmara... Em relação à transparência, à demagogia, também tirei aqui a nota de que se quer ‘palco’... Se se quer ‘palco’, quando se quer transparência, e se quer demagogia, pergunto eu, e isto já foi sugerido várias vezes, por



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

que é que estas reuniões de Câmara não são transmitidas publicamente para todos os concidadãos de Castelo Branco terem acesso àquilo que é aqui falado...? Por que é que a parte da comunicação social... E lanço aqui até um desafio à comunicação social local, para que dê as notícias corretamente, como elas são, de forma clara e transparente. Por vezes, eu sei que é fácil apontar aqui sempre as situações ao PSD local e dizer que o PSD local é que trás as coisas a lume... É verdade que falamos em algumas delas, mas desafio-os a procurar de onde é que as informações possam sair, como é que elas são divulgadas... Por vezes nós, se calhar, simplesmente temos que comentá-las por sermos confrontados com elas. É fácil chegar aqui e ler um acórdão, não ler tudo ou ler aquilo que interessa, porque também está aí uma parte que diz que é 'desconhecimento de lei' e faz-me alguma confusão como é que uma pessoa que teve tantos anos no exercício das suas funções, dizer que tem 'desconhecimento da lei'... Mas essa é a minha opinião, não só enquanto Vereador, mas também enquanto cidadão. Por isso, as conclusões que possam tirar, obviamente, são as vossas. Em relação à componente administrativa e política... Porque eu retirei essa parte da intervenção do Senhor Vice-Presidente que era uma questão política... Eu não lhe ouvi fazer a mesma intervenção quando houve a sentença ou o acórdão da decisão administrativa e explicar, tal e qual como explicou neste caso, quer a parte pessoal do Dr. Luís Correia... Na altura não fez o mesmo. Mas, cada um fica com as suas opiniões, retira as suas conclusões, por mim eu fico tranquilo. Quero também dirigir aqui uma questão ao Senhor Vice-Presidente, mas, também, por mero desconhecimento, se me pode indicar quantos computadores, efetivamente, neste momento existem nos agrupamentos para ser entregues, ou foram entregues, aos alunos. Eu sei que foram comprados os tais quatrocentos computadores numa fase inicial... Há uma empresa que está, salvo erro, a exercer funções no CEI que disponibilizou uma centena de pc's... Houve aquela verba dos cento e vinte mil euros e gostava de saber quanto dessa verba foi canalizada para a aquisição de pc's... E, recentemente, foi aqui atribuído mais uma verba – salvo erro há duas reuniões atrás –, para ajudar os agrupamentos e não sei se, também, era endereçada para a aquisição de pc's ou não. Sabemos quantos alunos é que existem no nosso concelho. Sabemos as dificuldades que alguns deles têm – e são várias. Obviamente, é de enaltecer esta atribuição... Não vamos falar de quando é que foi feita, porque, até por conhecimento de causa, sei quando é que foi feita e em que moldes... Mas gostava, efetivamente, de ter esse número: quantos pc's é que, neste momento, estão atribuídos aos alunos do concelho de Castelo Branco, porque eu ouço várias quantidades, mas não sei, efetivamente, quantos é que estão atribuídos. Senhor Presidente, era só isto. Obrigado."

Tomou a palavra o **Senhor Vereador Carlos Almeida**: "Senhor Presidente, se me permite, eu vou ter que fazer mesmo uma última intervenção e peço desculpa porque, de facto, a reunião já vai longa, mas também não posso deixar de passar tudo, por isso só vou fazer dois apontamentos. O primeiro é para a



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Senhora Vereadora Cláudia Domingues e dar-lhe conta de que, de facto, estamos a viver um tempo de páscoa, um tempo quaresmal... Eu tive uma educação católica, de modo que tento, enfim, à minha medida, procuro seguir os ensinamentos da igreja. Portanto, no que diz respeito à 'penitência', ela será de acordo com aquilo que me dita a minha consciência; jamais, em tempo algum, de acordo com aquilo que a Senhora Vereadora Cláudia Domingues me poderá aludir. Um segundo apontamento, Senhor Vereador Jorge Pio, eu não sou guionista e não tenho a pretensão, tão pouco, de ser eu a ditar o guião de um programa com o impacto nacional do *Sexta às 9*. Mas, não sendo eu o guionista, quero-lhe dizer que estou muito tranquilo e lembrar que aquilo que se faz alusão do *Sexta às 9*, curiosamente a RTP achou interesse jornalístico na questão, como também uma outra televisão, que foi a SIC, através do *Polígrafo*, que também entendeu que era relevante. Finalmente, e com isto termino, dizendo que o PSD, na minha pessoa, entendeu, em duas circunstâncias, remeter a documentação para tribunais. Entendeu, numa primeira instância, remeter documentos para o Tribunal Administrativo de Castelo Branco, no que diz respeito à questão dos contratos do ex-Presidente de Câmara. Infelizmente, os tribunais administrativos deste país, todos sem exceção, acabaram por dar razão ao PSD. O ex-Presidente de Câmara perdeu o mandato e essa é uma questão irreversível. Houve uma segunda circunstância em que o PSD de Castelo Branco também remeteu para um tribunal documentação, que foi para o Tribunal de Contas, aludindo ao facto de este Município não ter um regulamento para a atribuição de subsídios porque num apanhado que nós fizemos, no espaço de quatro anos, foram atribuídos doze milhões de euros sem critério... E, aqui sim, é um sinal de transparência, é uma forma diferente de estarmos na política... E o Tribunal de Contas notificou o Município que já está em falha e que tem de elaborar um regulamento para a atribuição de subsídios. E isto são factos irrefutáveis. Tudo o mais, tem a dimensão política e relativamente a esses episódios – e poderíamos citar aqui outros, mas eu não vou aborrecer mais –, têm a dimensão que sempre lhe quisemos dar e que foi a dimensão política. A dimensão judicial, foi em duas circunstâncias. As entidades em causa não desmentiram, não levaram o PSD a uma 'penitência'. Muito obrigado."

Tomou a palavra o **Senhor Vice-Presidente, Jorge Carrega Pio**: "Senhor Vereador, já nem vou fazer comentários sobre a sua intervenção, porque anda à volta, à volta, mas depois, quando chega ao momento da verdade, dispara para outro sentido e isto é que é, verdadeiramente, intoxicação da opinião pública. Relativamente ao número de computadores: foram dados trezentos e oitenta – numa fase inicial, em março –, mais cem de uma empresa, são quatrocentos e oitenta computadores. Sendo que, entretanto, as escolas já receberam – mas essa situação não passa pela Câmara – computadores para o ensino secundário, no âmbito da ação social... E esses são computadores que foram entregues diretamente pelo Ministério da Educação aos agrupamentos e não sabemos quantos são. E, relativamente à questão dos trinta mil euros,



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

por agrupamento, aquilo que lhe posso dizer é que o Agrupamentos de Escolas Afonso de Paiva e José Sanches de Alcains e São Vicente da Beira, na altura, gastaram os trinta mil euros na aquisição de computadores – quase tudo, exclusivamente, em termos de computadores –, não consigo perceber, neste momento, quantos; e que a Amato Lusitano gastou cerca de dez mil euros, sendo que aquele protocolo que refere, que veio à reunião de Câmara para deliberação, tem a ver com o facto de a Amato Lusitano ter ainda um saldo de cerca de dezanove mil euros e a Nuno Álvares ter ainda um saldo de trinta mil euros, terem manifestado a necessidade de aquisição de mais computadores e, então, como o protocolo tinha ficado só definido para o terceiro período do ano letivo de 2019/2020, prorrogámo-lo para poder ser utilizado agora nos segundo e terceiro períodos do ano letivo de 2020/2021. Pelo *feedback* que temos – e foi mostrada total disponibilidade para a aquisição daquilo que for necessário – os diretores dos agrupamentos não nos fizeram chegar mais nenhuma necessidade, portanto, partimos do princípio que as situações estão resolvidas. Não estando resolvidas, estamos a contar que os diretores dos agrupamentos nos façam chegar as suas dificuldades para darmos as respostas. Obrigado.”

O **Senhor Presidente José Augusto Alves**: “Se ninguém mais quer intervir, eu quero só deixar aqui o reconhecimento da Câmara Municipal e o meu próprio, a Francisco Belo que já está no *top 10* do lançamento de peso, que acho que é uma boa notícia, e outra boa notícia – esperemos que seja ainda uma melhor notícia – a participação, amanhã, no Festival da Canção, de Valéria Carvalho, uma albacastrense de Alcains. Portanto, desejo-lhe um bom augúrio para que tudo corra bem. São duas boas notícias, penso eu.”

Não havendo mais pedidos para intervir, o Senhor Presidente deu por encerrado o período *antes da ordem do dia* e conduziu os trabalhos para o período da *ordem do dia*, conforme estipulado no artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 – APROVAÇÃO DE ATAS (n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

Foram presentes, para discussão e aprovação, as atas das reuniões ordinária de dia 5 (Ata n.º 4) e extraordinária de dia 16 de fevereiro de 2021 (Ata n.º 5).

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião ordinária de dia 5 de fevereiro de 2021 (Ata n.º 4)

Mais deliberou, retirar a ata da reunião extraordinária de dia 16 de fevereiro de 2021 (Ata n.º 5), para ser presente, para discussão e aprovação, na próxima reunião do Executivo.



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Ponto 2 – URBANISMO E OBRAS PARTICULARES

2.1. Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território do Município de Castelo Branco.

Abertura do Período de Discussão Pública em Cumprimento do Artigo 189.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio

Pelo Senhor Presidente foi presente a informação n.º 170, de 14/01/2021, da Divisão de Urbanismo e Obras Particulares, exarando a seguinte proposta: "Face ao exposto, nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 5 do artigo 189.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, propõe-se que em reunião pública do Órgão Executivo seja deliberado o seguinte: Submeter a proposta do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território do Município de Castelo Branco, a um período de discussão pública para que os interessados, querendo, possam apresentar as suas observações ou contributos; Definir o prazo de 30 dias úteis, contados a partir do 5.º dia útil, da data da publicitação do respetivo aviso da discussão pública na 2.ª Série do Diário da República para que os interessados, querendo, possam apresentar os seus contributos; Publicar o aviso relativo à discussão pública na 2.ª Série do Diário da República e disponibilizar a proposta do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território do Município de Castelo Branco, para consulta, na página da internet desta instituição, em www.cm-castelobranco.pt e na Divisão de Urbanismo da Câmara Municipal, no edifício dos Paços do Concelho, em dias úteis, das 9h00 às 12h00 e das 14h00 às 16h30, mediante marcação prévia através do telefone 272 330 330; Proceder à divulgação do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território do Município de Castelo Branco nas Juntas de Freguesia/União de Freguesias do Município de Castelo Branco." Os documentos são dados como reproduzidos ficando a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 1.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter a proposta do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território do Município de Castelo Branco, a um período de discussão pública para que os interessados, querendo, possam apresentar as suas observações ou contributos.

Deliberou ainda, definir o prazo de 30 dias úteis, contados a partir do 5.º dia útil, da data da publicitação do respetivo aviso da discussão pública na 2.ª Série do Diário da República para que os interessados, querendo, possam apresentar os seus contributos.

Mais deliberou, publicar o aviso relativo à discussão pública na 2.ª Série do Diário da República e disponibilizar a proposta do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território do Município de Castelo Branco, para consulta, na página da internet desta instituição, em www.cm-castelobranco.pt e na Divisão de



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Urbanismo da Câmara Municipal, no edifício dos Paços do Concelho, nos dias úteis, das 9h00 às 12h00 e das 14h00 às 16h30, mediante marcação prévia através do telefone 272 330 330.

Ainda deliberou, proceder à divulgação do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território do Município de Castelo Branco nas Juntas de Freguesia/União de Freguesias do Município de Castelo Branco.

2.2. Adriano António Amaro e Outro. Artigo 7 Secção CV. São Vicente da Beira. Certidão de Compropriedade. (Artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, com a Atual Redação da Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto)

Pelo Senhor Presidente, foi presente um requerimento apresentado por **Adriano António Amaro**, para emissão de “parecer favorável da Câmara Municipal à constituição de compropriedade, em relação ao prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 7, da secção CV, da freguesia de São Vicente da Beira, a favor de João Filipe Tavares Goulão e Manuel Goulão Duarte, assumindo o compromisso de que do negócio não resultará parcelamento físico do prédio ou a violação do regime legal dos loteamentos urbanos. Considerando a informação que sobre estes assuntos foi prestada pelo Gabinete Jurídico (informação n.º 6, de 02/05/2012), julga-se não haver inconveniente em que o executivo municipal delibere no sentido de emitir a certidão prevista no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação atual dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, fazendo constar da mesma que o parecer favorável emitido só é válido desde que o negócio não vise ou dele possa resultar o parcelamento físico do prédio ou a violação do regime legal dos loteamentos urbanos.”

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, dar parecer favorável à emissão da certidão prevista no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação atual dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, fazendo constar da mesma que o parecer favorável emitido só é válido desde que o negócio não vise ou dele possa resultar o parcelamento físico do prédio ou a violação do regime legal dos loteamentos urbanos.

2.3. Manuel Henriques dos Santos. Artigos 1318 e 15154. Castelo Branco. Certidão de Anexação

Pelo Senhor Presidente foi presente um requerimento de Manuel Henriques dos Santos, para a anexação de dois prédios, inscritos na matriz predial urbana sob os artigos 3251 e 3171, da freguesia de Alcains e descritos, respetivamente, na Conservatória do Registo Predial de Castelo Branco sob os n.ºs 8387/20050905 e 10415/20091021. No programa de gestão documental *MyDoc*, em 11/02/2021, os serviços informaram julgar “não se vê do ponto de vista legal nada que obste ao deferimento do requerido.”



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a anexação de dois prédios, inscritos na matriz predial urbana sob os artigos 3251 e 3171, da freguesia de Alcains e descritos, respetivamente, na Conservatória do Registo Predial de Castelo Branco sob os n.ºs 8387/20050905 e 10415/20091021.

2.4. Maria do Rosário Duarte Ribeiro Alves. Escalos de Baixo. Certidão de Destaque

Pelo Senhor Presidente foi presente um requerimento para emissão de uma *certidão de destaque*, apresentado por Maria do Rosário Duarte Ribeiro Alves, na qualidade de proprietário do prédio situado dentro do perímetro urbano, em Tapada do Bugato de Baixo, em Escalos de Baixo, inscrito na caderneta predial sob o artigo 261, da União das Freguesias de Escalos de Baixo e Mata e descrito na Conservatória do Registo Predial de Castelo Branco sob o n.º 438, com a área total de 16.010,00 m². A Parcela a destacar tem a área de 5.710,00 m² e as seguintes confrontações: norte, José Maria Carvalho Leitão; sul, Quelha de Santo António; nascente, Fernando José Lopes Rafael; e poente, João Manuel Beato Duarte e José Teles Trigueiro. A Parcela restante fica com a área de 10.300,00 m² e as seguintes confrontações: norte, Diamantino Beato Pereira; sul, Joaquim Alves Jacinto – Cabeça de Casal da Herança de e com via pública; nascente, Fernando José Lopes Rafael; e poente, João Manuel Beato Duarte e José Teles Trigueiro. Na *listagem do roteiro do processo*, em 26/01/2021, os serviços informaram que, "não se vê, do ponto de vista legal, nada que obste ao deferimento do requerido."

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a emissão da *certidão de destaque*, relativa à área de 5.710,00 m² a destacar do prédio situado dentro do perímetro urbano, em Tapada do Bugato de Baixo, em Escalos de Baixo, inscrito na caderneta predial sob o artigo 261, da União das Freguesias de Escalos de Baixo e Mata e descrito na Conservatória do Registo Predial de Castelo Branco sob o n.º 438, com a área total de 16.010,00 m².

2.5. Processos de Obras Particulares Despachados no Mês de Janeiro de 2021

Pelo Senhor Presidente foi presente a informação n.º 519, de 04/02/2021, da Secção de Obras Particulares, relevando os processos de obras particulares despachados no mês janeiro de 2021.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Ponto 3 – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE CASTELO BRANCO

Ratificação de Deliberações do Conselho de Administração e Aprovação de Respetivas Minutas de Contrato



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

3.1. Renovação de Infraestruturas e Repavimentação nas Ruas da Escola, Senhora de Lourdes, Santa Catarina e do Barreiro, em Freixial do Campo

Pelo Senhor Presidente foi presente o pedido de ratificação da deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e Resíduos Urbanos de Castelo Branco, tomada em 18/01/2021, relativa à adjudicação do *concurso público* para a *Renovação de Infraestruturas e Repavimentação nas Ruas da Escola, Senhora de Lourdes, Santa Catarina e do Barreiro, em Freixial do Campo* à empresa Eliseu & Farinha – Sociedade de Construções, Lda, pelo montante de € 244.274,50, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar a deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e Resíduos Urbanos de Castelo Branco, tomada em 18/01/2021, relativa à adjudicação do *concurso público* para a *Renovação de Infraestruturas e Repavimentação nas Ruas da Escola, Senhora de Lourdes, Santa Catarina e do Barreiro, em Freixial do Campo* à empresa Eliseu & Farinha – Sociedade de Construções, Lda, pelo montante de € 244.274,50, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Mais deliberou, dar poderes ao Senhor Presidente ou a quem legalmente o substitua para outorgar o respetivo contrato.

3.2. Prestação de Serviços de *Finishing*

Pelo Senhor Presidente foi presente o pedido de ratificação da deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e Resíduos Urbanos de Castelo Branco, tomada em 01/02/2021, relativa à adjudicação do *concurso público* para a *Prestação de Serviços de Finishing* à empresa – Correios de Portugal, SA, pelo montante de € 40.000,01, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar a deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e Resíduos Urbanos de Castelo Branco, tomada em 01/02/2021, relativa à adjudicação do *concurso público* para a *Prestação de Serviços de Finishing* à empresa – Correios de Portugal, SA, pelo montante de € 40.000,01, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Mais deliberou, dar poderes ao Senhor Presidente ou a quem legalmente o substitua para outorgar o respetivo contrato.

3.3. Limpeza e Manutenção das Instalações dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco – Um Ano



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Pelo Senhor Presidente foi presente o pedido de ratificação da deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e Resíduos Urbanos de Castelo Branco, tomada em 15/02/2021, relativa à adjudicação da *consulta prévia* para a *Limpeza e Manutenção das Instalações dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco – Um Ano*, à empresa Lavandaria Expresso Albicastrense, Lda, pelo montante de € 19.726,08, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar a deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e Resíduos Urbanos de Castelo Branco, tomada em 15/02/2021, relativa à adjudicação da *consulta prévia* para a *Limpeza e Manutenção das Instalações dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco – Um Ano*, à empresa Lavandaria Expresso Albicastrense, Lda, pelo montante de € 19.726,08, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Mais deliberou, dar poderes ao Senhor Presidente ou a quem legalmente o substitua para outorgar o respetivo contrato.

3.4. Fornecimento de Gasóleo Simples Rodoviário a Granel, por um Período de Dois Anos

Pelo Senhor Presidente foi presente o pedido de ratificação da deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e Resíduos Urbanos de Castelo Branco, tomada em 15/02/2021, relativa à adjudicação do *concurso público* para o *Fornecimento de Gasóleo Simples Rodoviário a Granel por um Período de Dois Anos*, à empresa Petroibérica – Sociedade de Petróleos Ibero Latinos, SA, pelo montante de € 200.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar a deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e Resíduos Urbanos de Castelo Branco, tomada em 15/02/2021, relativa à adjudicação do *concurso público* para o *Fornecimento de Gasóleo Simples Rodoviário a Granel por um Período de Dois Anos*, à empresa Petroibérica – Sociedade de Petróleos Ibero Latinos, SA, pelo montante de € 200.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Mais deliberou, dar poderes ao Senhor Presidente ou a quem legalmente o substitua para outorgar o respetivo contrato.

3.5. Fornecimento Continuado de Diverso Material em Latão e Galvanizados para Armazém

Pelo Senhor Presidente foi presente o pedido de ratificação da deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e Resíduos Urbanos de Castelo Branco, tomada em 15/02/2021, relativa à adjudicação da *consulta prévia* para o *Fornecimento Continuado*



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

de *Diverso Material em Latão e Galvanizados para Armazém*, à empresa Albitorneiras – Artigos de Saneamento, Lda, pelo montante de € 74.500,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar a deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e Resíduos Urbanos de Castelo Branco, tomada em 15/02/2021, relativa à adjudicação da *consulta prévia para o Fornecimento Continuado de Diverso Material em Latão e Galvanizados para Armazém*, à empresa Albitorneiras – Artigos de Saneamento, Lda, pelo montante de € 74.500,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Mais deliberou, dar poderes ao Senhor Presidente ou a quem legalmente o substitua para outorgar o respetivo contrato.

Ponto 4 – PATRIMÓNIO

4.1. Inscrição de Prédio Urbano no Património Municipal Sito na Quinta da Pipa. Ressarcimento de Despesas com a Aquisição de Terreno na Quinta da Pipa por João Carlos Martins Afonso

Pelo Senhor Presidente foi presente um requerimento exarado por João Carlos Martins Afonso, para ressarcimento de despesas com a aquisição de terreno na Quinta da Pipa por João Carlos Martins Afonso, para efeitos de inscrição do prédio urbano no património municipal. No programa de gestão documental *MyDoc*, em 15/02/2021, os serviços informaram o seguinte: “Considerando a informação dos serviços, confirmando-se os valores pagos ao Município quando da aquisição da parcela da Quinta da Pipa, em conformidade com o PP aprovado para o local; Considerando os custos relativos a escrituras e regularização do terreno se ajustam aos valores normais para tal tipo de procedimentos e considerando poder aceitar-se que o requerente seja ressarcido dos impostos municipais pagos. Em face do exposto e para que se possa regularizar o processo de inscrição do prédio como propriedade Município, propõe-se que se aceite indemnizar o requerente pelas despesas por ele havidas e demonstradas, ou seja 5.797,23 €.”

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de escritura de distrate da escritura celebrada com este Município, em 06/10/2014, pelo valor de € 3.264,00.

Mais deliberou indemnizar João Carlos Martins Afonso, no valor de € 2.533,23, considerando os valores pagos pelo mesmo aquando da aquisição da parcela da Quinta da Pipa, os custos relativos a escrituras e regularização do terreno e aos impostos municipais pagos.

Dar poderes ao Senhor Presidente ou a quem legalmente o substitua para outorgar a respetiva escritura destrate.



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

4.2. Aquisição Onerosa de Parcela de Terreno em Alcains. Obra de Construção de Campo de Relva Sintética nos Terrenos Anexos ao Campo de Futebol Trigueiros de Aragão em Alcains

Pelo Senhor Presidente foi presente a informação n.º 27, de 11/02/2021 (n.º de entrada I 731, de 17/01/2021), do Diretor do Departamento Técnico Operacional, com o texto que se transcreve: "Com a presente informação pretende-se, por um lado, e na sequência de outras aquisições para o mesmo efeito já realizadas, garantir a aquisição de mais 9 m2 necessários para as obras de ampliação e de arrelvamento do campo de treinos do campo de futebol Trigueiros de Aragão em Alcains e, por outro lado, enunciar um conjunto de procedimentos tendentes à regularização dos terrenos na zona, correspondendo desse modo, e também, aos anseios dos proprietários do artigo 162/F. Para melhor esclarecimento da situação, os serviços elaboraram uma planta com indicação das parcelas que carecem de regularização. Assim, *relativamente à parcela A*. 1. A Câmara Municipal ocupa há cerca de 30 anos uma parcela de terreno com a área de 3601,00 m2 (*que identificamos como parcela A na planta anexa*), localizada em Alcains e anexa ao campo de futebol Trigueiros de Aragão. 2. Todavia, por razões que não se conseguiram apurar, constata-se que não foi feita a desanexação da mesma do prédio inscrito na matriz sob o artigo 162 da secção F, da Freguesia de Alcains, pelo que do ponto de vista formal tal parcela nunca foi registada em nome nem da Câmara Municipal nem tão pouco da Junta de Freguesia, encontrando-se ainda registada a favor de José Manuel Santos Lopes e de Adriano de Jesus Barata na proporção de ½ cada, conforme documentos. 3. Como atrás se referiu, tal parcela é parte integrante dos terrenos anexos ao campo de futebol relvado de Alcains sendo que, presentemente, encontra-se implantado na mesma um campo de futebol de treinos em "terra batida". 4. Por outro lado constata-se que os limites sul do prédio 162/F já não são os que constavam do cadastro inicial. *Relativamente à parcela B*. 5. Com efeito, o limite sul encontra-se atualmente delimitado por muro na parte confinante com a Av. Infante D. Henrique (anterior troço da EN 352), o que faz com que uma área de cerca de 164 m2 do prédio inicial (*que identificamos como parcela B na planta anexa*) esteja integrada no domínio público. 6. Presumimos que tal cedência para o domínio público decorreu do processo de licenciamento da construção das moradias, certamente por imposição do plano de alinhamentos elaborado pela Junta Autónoma das Estradas e que estava então em vigor para o local. 7. Constata-se que, tal situação, também não foi objeto de atualização junto do cadastro. *Relativamente às parcelas C e D*. 8. Além do referido, verifica-se ainda que a poente do citado prédio 162/F existem 2 parcelas que na planta cadastral ainda fazem parte dos artigos 163 e 164 da mesma secção F, parcelas que apresentam uma área total de 580 m2 sendo 287 m2 do artigo 163 (*que identificamos como parcela D na planta anexa*) e 293 m2 do artigo 164 (*que identificamos como parcela C na planta anexa*). 9. Apesar de tais parcelas ainda fazerem parte dos prédios 163/F e 164/F o facto é que as mesmas estão delimitadas por muro e, sem qualquer



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

oposição por parte da Câmara Municipal ou da Junta de Freguesia estão a ser exploradas por um dos proprietários do artigo 162/F, mais propriamente pelo Sr. Adriano de Jesus Barata. 10. Segundo conseguimos apurar tais parcelas terão sido cedidas / permutadas com o Sr. Adriano de Jesus Barata quando da negociação da parcela A que era necessária para a construção do campo de treinos. 11. Trata-se de uma situação que também nunca foi regularizada, possivelmente pelo facto dos prédios 163/F e 164/F não estarem formalmente na posse da autarquia, sendo que está já em curso o processo de registo por usucapião dos prédios em nome do Município de Castelo Branco. *Relativamente à parcela E.* 12. A Câmara Municipal pretende construir um campo em relva sintética não apenas para treinos, mas com potencial e dimensões para, no mesmo, ser permitida a prática de jogos oficiais. 13. No âmbito da execução do projeto (que está a ser elaborado pelos serviços internos da DOEI), verifica-se a necessidade de aquisição de uma parcela, do mesmo prédio 162/F, com 9 m² (*que identificamos como parcela E na planta anexa*). 14. Neste contexto, foram realizadas reuniões entre a CM, a Junta de Freguesia e os proprietários do prédio 162/F, tendo-se proposto, tendo em conta que se trata de prédio inserido em perímetro urbano e face aos valores de mercado praticados na região, a aquisição dos 9 m² em causa pelo valor de 15,00 €/m², ou seja 135,00 €, valor esse que foi aceite pelos proprietários. 15. Os proprietários solicitaram ainda, que a situação predial do prédio, designadamente do remanescente que se identifica em planta anexa e que fica na sua posse fosse regularizada. 16. Referiram-nos também que se trata de um documento essencial para concretizarem a divisão formal do remanescente do prédio 162/F, que acordaram entre si há vários anos. 17. O valor de 135,00 € é para ser integralmente pago ao Sr. Adriano de Jesus Barata pois a parcela de 9 m² localiza-se na parte que seria deste proprietário no acordo referido em 16. 18. Considera-se pertinente que se aproveite a oportunidade para se regularizar a situação predial do prédio que, após a escritura ficará com uma área remanescente (*que identificamos como parcela F na planta anexa*), na posse dos proprietários, de 5226 m² (9000 m² – 3601 – 164 – 9). *Proposta.* Em face do exposto e tendo em conta que o valor de indemnização para a aquisição da área de 9 m² por 135,00 € se adequa aos valores normalmente requeridos pelo mercado na zona, e tendo em conta a necessidade de regularização formal de uma situação ocorrida há cerca de 30 anos, e considerando ainda que, após regularização da situação e futuramente, não existirão impedimentos legais que obstem à transferência dos terrenos do Campo de Treinos para a Junta de Freguesia de Alcains, propõe-se que o executivo municipal delibere o seguinte: a) Adquirir por 135,00 € a parcela E, com a área de 9 m² a retirar do artigo 162/F da freguesia de Alcains, e fazer o pagamento ao Sr. Adriano de Jesus Barata; b) Fazer uma escritura com os proprietários do artigo 162/F, que inclua: b.1) A aquisição para o domínio privado da referida parcela E com 9 m² para ampliação do campo de futebol pelo valor referido em a); b.2) A aquisição da parcela A com 3601 m² (ocupada há vários anos com o campo de treinos); e, b.3) A



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

aquisição da parcela B com 164 m², adjacente à Av. Infante D. Henrique, que foi cedida para o domínio público; c) Autorizar que, após regularização do registo, por usucapião, em nome do Município de Castelo Branco dos artigos 163/F e 164/F, seja regularizada por escritura pública a cedência ao Sr. Adriano de Jesus Barata, das parcelas C e D, sendo respetivamente 287 m² do artigo 163/F e 293 m² do artigo 164/F; d) Autorizar o Sr. Presidente, ou de que o possa legalmente substituir, para realizar tais escrituras públicas.”

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, adquirir uma parcela de terreno com a área de 9 metros quadrados, por compra a Adriano de Jesus Barata, casado com Maria Cesaltina Gregório Lopes Barata.

Deliberou ainda, aceitar doação do mesmo Adriano de Jesus Barata e de José Manuel Santos Lopes e mulher Justina Maria dos Santos Martins Lopes, de duas parcelas de terreno, uma com a área de 3.601 metros quadrados, para o domínio privado do Município de Castelo Branco e outra com a área de 164 metros quadrados para o domínio público, destinada a alargamento da Avenida Infante Dom Henrique.

Mais deliberou, que as parcelas com as áreas de 9 metros quadrados e 3.601 metros quadrados, destinam-se à ampliação do Campo de Futebol Trigueiros de Aragão e de treinos, em Alcains e que, todas as parcelas de terreno, são a desanexar do prédio rústico, da freguesia de Alcains, concelho de Castelo Branco, inscrito na matriz predial sob o artigo 162 da seção F, descrito na Conservatória do Registo Predial de Castelo Branco sob o número 1062, da freguesia de Alcains.

Foi ainda deliberado dar poderes ao Senhor Presidente ou a quem legalmente o substitua, para outorgar as respetivas escrituras.

Ponto 5 – CONTABILIDADE

5.1. 6.^a Alteração ao Orçamento e 6.^a às Grandes Opções do Plano/2021

Pelo Senhor Presidente, foram presentes a *6.^a Alteração ao Orçamento e 6.^a às Grandes Opções do Plano/2021*, na despesa, no valor de € 840.000,00, quer no reforço, quer na anulação.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

5.2. Informação Sobre a Situação Económica e Financeira Semestral do Município de Castelo Branco – 1.º Semestre de 2020

Pelo Senhor Presidente foi presente, para conhecimento, uma informação sobre a situação económica e financeira semestral do Município de Castelo Branco, referente ao primeiro semestre de 2020.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Ponto 6 – DELIBERAÇÕES DIVERSAS

6.1. Antral – Associação Nacional dos Transportadores Rodoviários em Automóveis Ligeiros.

Adenda ao Protocolo de Apoio aos Taxistas do Concelho, no Âmbito das Medidas de Apoio à Comunidade Durante a Pandemia (Protocolo Autorizado por Deliberação tomada sob o *Ponto 8 – Deliberações Diversas. Associação Nacional dos Transportadores Rodoviários em Automóveis Ligeiros. Minuta de Protocolo de Apoio aos Taxistas do Concelho, no Âmbito das Medidas de Apoio à Comunidade Durante a Pandemia*, da Ordem de Trabalhos da Reunião de 18 Dezembro de 2020)

Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta do Gabinete da Presidência, sobre um aditamento ao protocolo entre a Câmara Municipal de Castelo Branco e a Associação Nacional de Transportes Rodoviários em Automóveis Ligeiros: “No seguimento do protocolo assinado entre a Câmara Municipal de Castelo Branco e a Associação Nacional de Transportes Rodoviários em Automóveis Ligeiros, que prevê o apoio aos taxistas pertencentes ao concelho de Castelo Branco, potenciando o aumento da sua atividade, a melhoria da sua imagem e a divulgação da marca de Castelo Branco, e considerando as consecutivas renovações do estado de emergência, bem como a forte adesão do serviço de entrega de comida em modelo de takeaway, vem-se propor a seguinte redação dos pontos um e três da Cláusula 2.^a:

1. No âmbito do presente protocolo, o Município obriga-se a apoiar o Segundo Outorgante através da atribuição de uma comparticipação financeira no valor total de 110.000 euros; 2. De forma a apoiar os doentes em isolamento profilático e cumulativamente apoiar o setor da restauração, prevê-se ainda que 29.000 euros sejam destinados a suportar o pagamento do transporte de bens de primeira necessidade a todos os cidadãos residentes no concelho de Castelo Branco que estejam em isolamento profilático, desde que o pedido seja solicitado diretamente através da linha telefónica de apoio de compras e medicamentos do Município, no período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de março de 2021 e das entregas de comida em modelo takeaway, entre 11 de janeiro e 31 de março, para os cidadãos da freguesia de Castelo Branco. 17 de fevereiro de 2021.”

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a adenda ao protocolo celebrado com a Antral – Associação Nacional dos Transportadores Rodoviários em Automóveis Ligeiros, por deliberação tomada sob o *Ponto 8 – Deliberações Diversas. Associação Nacional dos Transportadores Rodoviários em Automóveis Ligeiros. Minuta de Protocolo de Apoio aos Taxistas do Concelho, no Âmbito das Medidas de Apoio à Comunidade Durante a Pandemia*, da Ordem de Trabalhos da Reunião de 18 de Dezembro de 2020, passando os pontos um e três da Cláusula 2.^a a ter a seguinte redação: Ponto 1. No âmbito do presente protocolo, o Município obriga-se a apoiar o Segundo Outorgante através da atribuição de uma



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

comparticipação financeira no valor total de 110.000 euros; e, Ponto 2. De forma a apoiar os doentes em isolamento profilático e cumulativamente apoiar o setor da restauração, prevê-se ainda que 29.000 euros sejam destinados a suportar o pagamento do transporte de bens de primeira necessidade a todos os cidadãos residentes no concelho de Castelo Branco que estejam em isolamento profilático, desde que o pedido seja solicitado diretamente através da linha telefónica de apoio de compras e medicamentos do Município, no período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de março de 2021 e das entregas de comida em modelo takeaway, entre 11 de janeiro e 31 de março, para os cidadãos da freguesia de Castelo Branco

Foi ainda deliberado dar poderes ao Senhor Presidente ou a quem legalmente o substitua, para assinar o respetivo aditamento ao protocolo com as duas retificações.

6.2. Proposta de Atribuição de Medalhas da Cidade na Cerimónia Comemorativa do 250.º

Aniversário da Cidade

Pelo Senhor Presidente foi presente uma proposta de atribuição de Medalhas da Cidade nas Comemorações do 250.º Aniversário da Elevação de Castelo Branco a Cidade, com o seguinte texto: "No dia 20 de março de 2021 serão iniciadas as Comemorações do 250.º aniversário da elevação de Castelo Branco a cidade. Nesse mesmo dia será efetuada uma cerimónia na qual proponho que sejam entregues Medalhas da cidade às seguintes entidades, que se têm distinguido no nosso concelho: Unidade Local de Saúde de Castelo Branco; Bombeiros Voluntários de Castelo Branco; Polícia de Segurança Pública de Castelo Branco; Guarda Nacional Republicana de Castelo Branco; Instituto Politécnico de Castelo Branco; Proteção Civil Distrital; Associação Comercial e Industrial de Castelo Branco; Associação Empresarial da Beira Baixa; Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva; Agrupamento de Escolas Amato Lusitano; Agrupamento de Escolas José Sanches e São Vicente da Beira; e Agrupamento de Escolas Nuno Álvares. Recordamos que no ano de 2020 as comemorações do 249.º aniversário do dia da cidade de Castelo Branco, não se puderam realizar, uma vez que estávamos no início da pandemia de Sars-CoV-2. No entanto, o Executivo da Câmara Municipal de Castelo Branco tinha deliberado por unanimidade, conceder as medalhas de ouro da cidade ao mestre Manuel Cargaleiro, ao médico Fernando Dias de Carvalho, ao atual Presidente da Assembleia Municipal, Arnaldo Brás e à fundadora da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, Dra. Maria de Lurdes Pombo. Assim sendo, a Câmara Municipal de Castelo Branco irá proceder à entrega das Medalhas às referidas personalidades e entidades, no decorrer da Sessão Solene, na Assembleia Municipal de Castelo Branco, dia 20 de março de 2021, ponto inaugural das Comemorações do 250.º Aniversário da elevação de Castelo Branco a cidade. Castelo Branco, 19 de fevereiro de 2021."



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, atribuir, no dia 20 de março de 2021, na Cerimónia Solene das Comemorações do 250.º Aniversário da Elevação de Castelo Branco a Cidade, as Medalhas da Cidade às seguintes entidades, que se têm distinguido no nosso concelho: Unidade Local de Saúde de Castelo Branco; Associação dos Bombeiros Voluntários de Castelo Branco; Polícia de Segurança Pública – Comando Distrital de Castelo Branco; Guarda Nacional Republicana – Comando Territorial de Castelo Branco; Instituto Politécnico de Castelo Branco; Proteção Civil Distrital; Associação Comercial e Industrial de Castelo Branco; Associação Empresarial da Beira Baixa; Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva; Agrupamento de Escolas Amato Lusitano; Agrupamento de Escolas José Sanches e São Vicente da Beira; e Agrupamento de Escolas Nuno Álvares.

Mais deliberou, proceder à entrega das medalhas atribuídas durante às Comemorações do 249.º Aniversário da Cidade de Castelo Branco e ainda não entregues, no seguimento da deliberação da Câmara Municipal de dia 7 de fevereiro de 2020, às seguintes individualidades: Mestre Manuel Cargaleiro, ao Médico Fernando Dias de Carvalho, ao atual Presidente da Assembleia Municipal, Arnaldo Brás e à Fundadora da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, Dra. Maria de Lurdes Pombo.

Ponto 7 – DIÁRIO DE TESOURARIA

Pelo Senhor Presidente foi dado conhecimento do *Resumo Diário de Tesouraria* do dia 18 de fevereiro:

Operações Orçamentais	€ 38.290.382,76
Operações Não Orçamentais	€ 5.554,73

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Terminados os assuntos da ordem do dia, a Câmara Municipal passou a ouvir as intervenções por parte do público assistente, nos termos do n.º 6 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O **Senhor Francisco Cardoso**, na qualidade de gerente das firmas As Tílias – Sociedade Hoteleira, Lda e Compiacere – Actividades Hoteleiras, Lda (Shakers Bar), solicitou intervir para solicitar a isenção do pagamento de renda daquele estabelecimento concessionado pela Câmara Municipal, durante o tempo correspondente ao confinamento decretado pela pandemia Sars-CoV-2. O Senhor Presidente respondeu que o caso exposto seria oportunamente analisado pelo Executivo.

Não havendo outros pedidos de intervenção, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião.



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

APROVAÇÃO DE ATA EM MINUTA

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.

CONCLUSÃO DE ATA

E não havendo mais assuntos a tratar, pelo Senhor Presidente foi encerrada a reunião, eram 11 horas, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Francisco José Alveirinho Correia, que a secretariei.

O Presidente da Câmara _____

O Secretário _____